

A CONSOLIDAÇÃO DO SICOOB UNIMAIS RIO COMO FORÇA TRANSFORMADORA



SUMÁRIO

5

PERFORMANCE E
PROPÓSITO: O SALTO
ESTRATÉGICO DE 2025

10

O SUPORTE DA CENTRAL
ÀS FILIADAS

20

REFORÇO DE MARCA,
NEGÓCIOS E PRESENÇA
NA COMUNIDADE

24

INSTITUTO SICOOB

29

DIRECIONADORES
REGIONAIS 2024-2026

31

DESEMPENHO
SISTÊMICO

36

RELATÓRIO DE
ADMINISTRAÇÃO

41

DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS

89

RELATÓRIO DO
AUDITOR INDEPENDENTE





MENSAGEM DO PRESIDENTE

Evolução com propósito: pessoas, confiança e resultados

O ano de 2025 reafirmou, de forma consistente, a força do cooperativismo como um modelo capaz de equilibrar crescimento, propósito e impacto social. Para o Sicoob UniMais Rio, esse foi um período marcado pela evolução, não apenas nos resultados, mas, principalmente, na forma como seguimos construindo valor junto às pessoas.

Ao longo do ano, avançamos em diferentes frentes, sempre guiados pela convicção de que o Sicoob não se define pelos produtos que oferece, mas pelas relações que constrói. Esse entendimento fortalece nossa atuação como orientadores financeiros e amplia nosso compromisso com o desenvolvimento sustentável dos nossos cooperados, colaboradores e comunidades.

Um dos marcos mais significativos de 2025 foi a conquista, pela Central, da certificação **Great Place to Work (GPTW)**, reconhecimento que reflete a percepção dos nossos próprios colaboradores sobre o ambiente que estamos construindo. Mais do que um selo, esse resultado

simboliza uma cultura baseada em confiança, respeito e valorização das pessoas, elementos essenciais para sustentar o crescimento de forma consistente. A adesão das cooperativas singulares à pesquisa e a certificação de oito delas reforçam a solidez dessa cultura em todo o Sistema UniMais Rio.

No campo dos resultados, 2025 foi um ano de avanços expressivos. As cooperativas filiadas à Central superaram metas importantes em diferentes frentes de negócio, com destaque para o crescimento da base de cooperados, a expansão do crédito rural e o fortalecimento das operações de seguros, câmbio e consórcios. Esses números traduzem mais do que desempenho: refletem capacidade de execução, alinhamento estratégico e compromisso coletivo com a entrega de valor ao cooperado.

Mais do que resultados, 2025 deixa como legado a certeza de que estamos no caminho certo: construindo um sistema sólido, humano e preparado para os desafios do futuro, sempre com as pessoas no centro de tudo o que fazemos.

Felipe Magalhães Bastos

Presidente do Conselho de Administração do Sicoob UniMais Rio



PRINCÍPIOS DO COOPERATIVISMO

Mais que um modelo de negócios, o cooperativismo é uma filosofia de vida que busca transformar o mundo em um lugar mais justo, equilibrado e com melhores oportunidades para todos. Um caminho que mostra que é possível unir desenvolvimento econômico e desenvolvimento social, produtividade e sustentabilidade, o individual e o coletivo.



1

PERFORMANCE E PROPÓSITO: O SALTO ESTRATÉGICO DE 2025

Consolidação recorde em 2025: ativos de R\$ 7,9 bilhões e salto de 44% no crédito.



SICOOB UNIMAIS RIO: EVOLUÇÃO E VALOR COMPARTILHADO EM 2025

O ano de 2025 foi marcado pela consolidação da estratégia e pelo fortalecimento do Sicoob UniMais Rio como um sistema sólido, integrado e orientado a resultados sustentáveis. Ao longo do ano, a Central e suas cooperativas filiadas avançaram de forma consistente em diferentes frentes, com expansão das operações de crédito — com destaque para o crédito rural — e fortalecimento de produtos como seguros, câmbio e consórcios, refletindo alinhamento estratégico e capacidade de execução conjunta. Além disso, o ano foi de evolução para o sistema Sicoob UniMais Rio e para os 167 pontos de atendimento de suas 12 cooperativas filiadas.

De janeiro a dezembro, os números alcançados refletem o nosso crescimento: o Patrimônio cresceu 10%, passando de R\$ 900 milhões em 2024 para R\$ 1 bilhão em 2025, assim como os Ativos Totais, que aumentaram em 11%, passando de R\$ 7,1 bilhões em 2024 para R\$ 7,9 bilhões em 2025. O Capital Social teve aumento de 9% (de R\$ 796 milhões em 2024 para R\$ 866 milhões em 2025) e nossa Carteira de Crédito cresceu 44%, alcançando R\$ 5,8 bilhões, enquanto as Sobras Líquidas cresceram 11% (R\$ 83 milhões em 2024), atingindo R\$ 93 milhões. Além disso, o número de nossos associados ativos totalizou 239 mil em 2025.

Em gestão de pessoas, cultura e inovação, 2025 foi um ano emblemático, com a conquista da certificação Great Place to Work (GPTW) pela Central e por oito cooperativas filiadas, refletindo um ambiente organizacional baseado em confiança, engajamento e valorização das pessoas. No campo institucional e financeiro, a Central atuou para ampliar a eficiência e a sustentabilidade do sistema, com desenvolvimento de estudos relevantes, como a emissão de Letras Financeiras, aprimoramento de ferramentas de gestão regulatória e análises estratégicas para apoio à tomada de decisão. Essas iniciativas resultaram em ganhos concretos para as cooperativas filiadas, como a redução de custos administrativos e a geração de valor por meio do pagamento de juros ao capital em patamar competitivo.

Na frente de crédito, a atuação foi fortalecida com iniciativas voltadas à expansão e qualificação da carteira, incluindo suporte técnico especializado ao agronegócio, adaptação às novas exigências regulatórias e evolução de processos operacionais, como o cadastro centralizado e a fábrica de limites. O lançamento de novos produtos, o desenvolvimento de Painéis de Gestão do Crédito e análise preditiva de risco de crédito, além da capacitação das equipes contribuíram para ampliar a competitividade e a eficiência das cooperativas.



No Apoio aos Negócios, a Central manteve atuação próxima às cooperativas, com visitas técnicas, encontros estratégicos e capacitações comerciais, além do fortalecimento de ferramentas de gestão e acompanhamento de resultados. Os encontros do Avança e o Avança 2025 consolidaram-se como importantes espaços de alinhamento, reconhecimento e engajamento das equipes, reforçando o protagonismo das cooperativas no desenvolvimento do sistema.

A Área de Comunicação e Marketing ampliou sua atuação estratégica, apoiando as cooperativas na gestão de marca, campanhas, produção de conteúdo e presença digital. O volume expressivo de demandas atendidas, aliado ao crescimento das ações de comunicação integrada, produção audiovisual e estratégias digitais, fortaleceu o relacionamento com cooperados e ampliou o alcance das iniciativas do sistema. Eventos institucionais e campanhas estratégicas, como a Capital Premiada e a Consórcio Premiada, também contribuíram para consolidar a presença da marca e gerar valor para os negócios.

Por fim, o Instituto Sicoob reforçou seu papel como agente de transformação social, ampliando o alcance das ações de educação financeira, sustentabilidade e desenvolvimento comunitário. Com crescimento no número de voluntários, horas dedicadas e pessoas impactadas, além da participação em agendas nacionais relevantes, o Instituto contribuiu para fortalecer o propósito cooperativista e ampliar o impacto positivo do sistema na sociedade.

Mais do que resultados, 2025 reafirma o compromisso do Sicoob UniMais Rio com um modelo de atuação que integra desempenho, propósito e impacto, consolidando um sistema cada vez mais preparado para os desafios e oportunidades do futuro.



A CENTRAL SICOOB UNIMAIIS RIO EM NÚMEROS*



239.443
associados



R\$ 7,9 bilhões
ativos totais



167
pontos de
atendimento



presente
em **101**
municípios

* Dados extraídos em 31/12/2025

NOSSA IDENTIDADE



Propósito:

Conectar pessoas para promover
justiça financeira e prosperidade.



Valores:

- Respeito e Valorização das Pessoas
- Cooperativismo e Sustentabilidade
- Ética e Integridade
- Excelência e Eficiência
- Liderança Inspiradora
- Inovação e Simplicidade

QUADRO SOCIAL

NOME COMERCIAL	DENOMINAÇÃO SOCIAL	ENDEREÇO
SICOOB CECREMEF	Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados de Furnas e das demais Empresas do Sistema Eletrobrás Ltda.	Rua Real Grandeza Nº 139, 5º andar – Botafogo – Rio de Janeiro/RJ CEP 22.281-033
SICOOB CIRCUITO DAS ÁGUAS	Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Circuito das Águas	Av. Nossa Sra. das Graças Nº 109 – Balneário Águas de Lindóia/SP – CEP 13.940-000
SICOOB COOMPERJ	Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Integrantes do Ministério Público e da Defensoria Pública no Estado do Rio de Janeiro Ltda.	Rua Rodrigo Silva Nº 26, 9º andar – Centro Rio de Janeiro/RJ – CEP 20.011-040
SICOOB COOPJUSTIÇA	Cooperativa Economia Crédito Mútuo Servidores do Poder Judiciário, Tribunal Contas Estadual e Servidores Órgãos Entidades Área Ciência Tecnologia no Estado do Rio de Janeiro Ltda.	Av. Nilo Peçanha Nº 12, Grupos 522 a 526 / 1.007 a 1.009 / 1.022 a 1.026 – Centro Rio de Janeiro/RJ – CEP 20.020-100
SICOOB COOPVALE	Cooperativa de Crédito Clássica dos Empregados da Vale S/A e Entidades Vinculadas Ltda.	Rua Santa Luzia Nº 651, 35º andar – Centro Rio de Janeiro/RJ – CEP 20.030-041
SICOOB CREDIACIL	Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Sicoob Crediacyl	Rua João Pessoa Nº 539 – Centro Leme/SP – CEP 13.610-110
SICOOB EMPRESAS RJ	Cooperativa de Crédito Clássica do Estado do Rio de Janeiro	Av. das Américas Nº 3.500, Bloco 2, Sala 204 Barra da Tijuca – Rio de Janeiro/RJ CEP 22.640-102
SICOOB FLUMINENSE	Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Estado do Rio de Janeiro	Rua Doutor Siqueira Nº 278 – Pq. Dom Bosco Campos dos Goytacazes/RJ – CEP 28.030-130
SICOOB MANTIQUEIRA	Sicoob Mantiqueira – Cooperativa de Crédito de Livre Admissão	Praça Holanda Nº 80 – Jardim das Nações Taubaté/SP – CEP 12030-350
SICOOB PAULISTA	Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Estado de São Paulo	Av. Joaquim Constantino Nº 2.161, 4º andar Vila Nova Prudente Presidente Prudente/SP – CEP 19.053-300
SICOOB UNIMAISS CENTRO-LESTE PAULISTA	Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Sicoob UniMais Centro Leste Paulista	Av. 09 Nº 783 – Centro Rio Claro/SP – CEP 13.500-360
SICOOB UNIMAISS METROPOLITANA	Cooperativa Sicoob UniMais Metropolitana – Cooperativa de Crédito de Livre Admissão	Rua Dr. Carvalho de Mendonça Nº 187 Encruzilhada – Santos/SP – CEP 11.070-100

2

O SUPORTE DA CENTRAL ÀS FILIADAS

*Eficiência financeira, inteligência de dados
e segurança para impulsionar resultados.*



APOIO E FOMENTO INSTITUCIONAL

Em 2025, a Central fortaleceu sua atuação estratégica junto às cooperativas filiadas por meio de iniciativas estruturantes conduzidas pela **Área Financeira e de Investimentos**, com foco em eficiência, rentabilidade e sustentabilidade do sistema. Ao longo do ano, foram desenvolvidos estudos e projetos voltados à gestão financeira e regulatória, com destaque para o **estudo para emissão de Letras Financeiras (LF)**, o aprimoramento do **simulador de Índice de Basileia** e as análises relacionadas à aquisição de ações do Banco Sicoob pelas cooperativas.

Também foram conduzidos estudos sobre os impactos da **Resolução CMN nº 4.966** nos indicadores regulamentares, além da elaboração de projeções de resultados, indicadores e sobras para 2025, subsidiando decisões estratégicas das cooperativas filiadas. Como resultado dessas iniciativas, a Central promoveu o **redutor de taxa administrativa**, com redução de despesas às cooperativas filiadas, e realizou o **pagamento de juros ao capital** em montante expressivo e taxa equivalente a 100% da Selic, reforçando a geração de valor e a sustentabilidade financeira do sistema.



Cooperativas integradas durante o treinamento da Resolução CMN nº 4.966; a troca de experiências e o suporte técnico da Central garantem a excelência operacional.



EFICIÊNCIA OPERACIONAL E SUSTENTABILIDADE DO NEGÓCIO

Planejamento estratégico, dados e performance

No ano de 2025, a **Área de Performance Corporativa** manteve e ampliou o seu papel estratégico junto aos Órgãos de Administração, às demais Áreas do Sicoob UniMais Rio e frente ao Sistema Regional.

Internamente, como destaques, a área intensificou a atuação na construção, manutenção e aprimoramento de soluções analíticas voltadas à geração de inteligência para a tomada de decisão. Nesse sentido, foram disponibilizados painéis e relatórios em diferentes temáticas, com destaque para a manutenção e evolução do ambiente de informações estratégicas, contemplando 15 painéis em Power BI e 58 relatórios no SisBr Analítico, além do atendimento de mais de **300 solicitações de dados**, análises e relatórios ao longo do ano, apoiando as demandas da Diretoria, do Conselho de Administração, das demais áreas da Central e das cooperativas filiadas.

Ainda nesse contexto, foi entregue o **Painel de Acompanhamento do Pacto Sistêmico de Estratégia**, ferramenta que integra indicadores nacionais e planos de trabalho locais, ampliando a capacidade de monitoramento e direcionamento das ações estratégicas das cooperativas. Também foi destaque o desenvolvimento de ferramenta analítica voltada ao acompanhamento da Campanha Nacional de Vendas 2025, permitindo projeções e análises que apoiaram a identificação de cooperativas e produtos com potencial para destaque no Prêmio Cisne e demais reconhecimentos sistêmicos.



Equipes de Performance, Riscos e Negócios no Pense Sicoob, unindo frentes para o monitoramento rigoroso do Pacto Sistêmico.



Referente à eficiência operacional, a área avançou na disseminação da cultura de gestão de processos e automação, conduzindo projeto que já contabiliza 166 processos mapeados e 120 processos ativos, envolvendo a Central e cooperativas singulares aderentes à ferramenta sistêmica. Como resultado dessas iniciativas, observou-se significativa redução no esforço operacional das atividades automatizadas, liberando tempo das equipes para atuação em atividades de maior valor agregado e estratégicas para o negócio, com ganhos expressivos em diferentes áreas da Central.

Em relação à agenda estratégica, a Área de Performance também teve atuação relevante na consolidação do **Pacto Sistêmico de Estratégia 2024–2027**, promovendo o desdobramento das metas em nível singular para os indicadores estratégicos nacionais e apoiando a implementação da metodologia 4 Disciplinas da Execução (4DX) no âmbito da Central, fortalecendo a cultura de foco e disciplina na execução das prioridades estratégicas.

Por fim, destacam-se os estudos estratégicos conduzidos para subsidiar os Órgãos de Administração em temas relacionados ao ganho de eficiência e à estruturação do Sistema Regional, incluindo análises e simulações voltadas à avaliação de cenários de união entre cooperativas e seus potenciais impactos e sinergias para o fortalecimento do Sistema UniMais Rio no longo prazo.

Desenvolvimento da carteira e atuação estratégica do crédito

A **Área de Crédito** consolidou, em 2025, importantes avanços e iniciativas que reforçaram seu papel estratégico dentro do sistema. Ao longo do ano, participou ativamente das reuniões estratégicas do agronegócio, em conjunto com as demais centrais, com o objetivo de fortalecer o fomento do **Crédito Rural** e apoiar as singulares na ampliação de suas operações. Nesse contexto, foi realizada a contratação de um agrônomo, garantindo maior segurança técnica e suporte especializado às cooperativas no desenvolvimento desse produto.



Workshop Rural promoveu alinhamento técnico e suporte especializado para o desenvolvimento do setor em 2025.



A área também desempenhou papel fundamental na adaptação à **Resolução CMN nº 4.966**, oferecendo apoio nas simulações de provisão, além de orientar as cooperativas sobre as novas regras e a gestão de riscos da carteira. Avançou ainda com o **Cadastro Centralizado**, prestando suporte contínuo junto ao CCS dentro do novo modelo operacional, e participou diretamente do projeto da **fábrica de limites centralizada**, unificando processos operacionais e contribuindo para maior eficiência e tempestividade do crédito.

Como parte do fortalecimento dos processos internos, foi realizada a consultoria de **Processos de Crédito no Sicoob Fluminense**, contemplando o diagnóstico das operações e a construção do plano de ação, com foco na otimização de fluxos, padronização e ganho de eficiência. Em paralelo, a área avançou no desenvolvimento de painéis de gestão do crédito e em iniciativas de análise preditiva de risco, ampliando a capacidade de monitoramento da carteira e apoiando tomadas de decisão mais assertivas e estratégicas.

Outro destaque foi o lançamento do **Consignado do Trabalhador**, no qual a unidade teve papel essencial, estabelecendo medidas de apoio contínuo, integração via canais de atendimento e interface diária com as filiadas, garantindo suporte efetivo na operacionalização do novo produto. Com foco também na expansão e no fortalecimento da atuação comercial, foram promovidos treinamentos presenciais sobre câmbio, contribuindo para o alcance das metas estabelecidas pela CNV e para o desenvolvimento técnico das equipes.

Por fim, a área passou por uma reestruturação estratégica, com a criação de dois grandes eixos de atuação e a contratação de novos colaboradores, assegurando mais subsídio e apoio às cooperativas, tanto na gestão estratégica do crédito quanto no desempenho comercial.



Tecnologia, segurança da informação e proteção ao negócio

A **Área de TI** avançou significativamente na proteção e modernização da infraestrutura tecnológica, com destaque para a implementação do **Projeto de Gestão Sistemática de Firewall (UTM)**. A iniciativa elevou a resiliência cibernética do sistema regional ao integrar, em uma única arquitetura de defesa, recursos como Deep Packet Inspection para tráfego criptografado, Intrusion Prevention System, proteção avançada contra malware com sandboxing, SD-WAN segura, controle de aplicações, VPNs com múltiplo fator de autenticação e filtragem de navegação web.

Essa consolidação de recursos garante maior aderência às diretrizes sistêmicas do Sicoob e blindo o ambiente contra ameaças como ataques de ransomware e força bruta, assegurando a continuidade dos negócios e a integridade dos ativos diante de um cenário digital cada vez mais complexo.

Em paralelo, a **Área de Controles e Riscos** intensificou sua atuação com foco na conformidade regulatória, na supervisão e na proteção do negócio. Entre as principais iniciativas, destacam-se o fortalecimento dos processos voltados para **gestão de acessos, segurança da informação e risco cibernético**, a contratação de apoio especializado para atividades ligadas à **Privacidade de Dados (DPO)**, a automatização de processos de supervisão e solicitação de informações junto às singulares e a implantação de avaliações de risco de fornecedores em temas como PLD, RSAC, risco operacional e privacidade.

A área também atuou na melhoria dos painéis de monitoramento da Central e do CCS, antecipou ações de solicitação de plano de equilíbrio econômico às cooperativas com indícios de deterioração econômico-financeira e promoveu treinamentos, encontros técnicos e aperfeiçoamento dos registros em ata dos órgãos de governança, fortalecendo a cultura de risco e controle em todo o sistema.

Complementando essa atuação, a **Área de Apoio à Governança e Normas** apoiou as cooperativas singulares no processo de autorização auxiliar junto ao Banco Central do Brasil, com destaque para os processos de reforma estatutária e eleição, além de realizar o assessoramento de 33 Assembleias Gerais. A unidade também atuou na **gestão e atualização de normativos**, na intermediação de demandas dos canais de comunicação do sistema, como SAC, Ouvidoria, Reclame Aqui e RDR/BCB, e no apoio às áreas internas e filiadas quanto aos sistemas do Banco Central inerentes às suas atividades.





GESTÃO DE PESSOAS, CULTURA E INOVAÇÃO

Em 2025, o Sicoob UniMais Rio consolidou sua cultura organizacional ao alcançar a certificação **Great Place to Work (GPTW)**, resultado de um movimento coletivo de engajamento e valorização das pessoas. O sistema regional alcançou **100% de adesão das cooperativas singulares à pesquisa**, marco que demonstra o compromisso com a construção de um ambiente de trabalho cada vez mais saudável, colaborativo e inspirador. A atuação da Central no apoio às singulares, com ações de sensibilização e mobilização, contribuiu para que os colaboradores participassem da pesquisa com compreensão, segurança e confiança.

Mais do que uma certificação, a GPTW se consolidou como ferramenta estratégica de escuta ativa, capaz de transformar percepções em melhorias concretas no ambiente de trabalho. O reconhecimento conquistado em 2025, com a certificação da Central e de oito das 11 cooperativas participantes, reafirma uma cultura organizacional pautada em confiança, desempenho, inovação e orgulho de pertencer.



**Great
Place
To
Work®**

Certificada

Out/2025 - Out/2026

BRASIL™





No campo do **Desenvolvimento**, a **Área de Gente e Cultura** ampliou significativamente suas iniciativas de capacitação, promovendo ações internas, externas, regionais e sistêmicas que totalizaram **95 capacitações** e **2.126 participantes**, com impacto em todas as cooperativas e áreas do sistema. Destaca-se também a criação de agenda fixa para o novo serviço de **Integração Universidade Sicoob**, com novas contratações das cooperativas singulares, fortalecendo o engajamento nas jornadas obrigatórias e trilhas mandatórias, favorecendo o cumprimento e a prestação de contas junto às auditorias.



Em **Remuneração**, a Central consolidou sua atuação nas negociações sindicais, ampliando o trabalho iniciado em 2024. No Rio de Janeiro, seguiu apoiando as cooperativas na condução e formalização dos Acordos Coletivos de Trabalho, em parceria com a OCB-RJ, enquanto em São Paulo manteve o apoio às singulares nas negociações com o SINACRED. Essa atuação fortaleceu o diálogo institucional, promoveu segurança jurídica e contribuiu para relações de trabalho mais equilibradas, previsíveis e sustentáveis.

Na frente de **Atração e Seleção**, foram implementadas melhorias que fortaleceram a marca empregadora e a experiência dos candidatos, como a criação de uma nova página de carreiras, a elaboração de um novo modelo de publicação de vagas, o desenvolvimento de novo kit de comunicação institucional para o eixo, a criação de formulário de avaliação de experiência do candidato e a atualização da política da área, posteriormente aprovada pelo Conselho de Administração. Também foi mantido o cumprimento do SLA estabelecido, assegurando agilidade, qualidade e alinhamento ao perfil requerido nas entregas aos gestores demandantes.





No eixo de **Endomarketing**, 2025 foi marcado pela consolidação de ações voltadas ao engajamento, à integração e ao sentimento de pertencimento. As iniciativas foram planejadas para fortalecer vínculos, valorizar pessoas e criar experiências significativas e alinhadas ao propósito sistêmico, resultando em aumento da participação dos colaboradores nas ações internas, elevação dos índices de integração entre equipes e percepção amplamente positiva das iniciativas.

Já na frente de **Performance**, a consolidação da **Gestão da Performance Profissional (GPP)** e da ferramenta Appus marcou um avanço importante na estruturação da avaliação de desempenho, com maior precisão nas avaliações, feedback contínuo, reuniões 1:1 e desenvolvimento estratégico de talentos. Houve também avanço nas sensibilizações junto às singulares, execução do fórum de desempenho, apoio aos ciclos de avaliação, centralização de demandas técnicas e continuidade da implementação por ondas.

O desenvolvimento das lideranças e colaboradores foi reforçado ainda por meio do uso do **DISC**, com atualização anual dos perfis da Central, e pela continuidade do programa **Liderança 4.0**, associado a calendários de capacitações, treinamentos e acompanhamento por indicadores.

POLÍTICAS SISTÊMICAS PARA OS PRINCIPAIS VETORES DO NEGÓCIO

A **Área de Negócios** manteve, em 2025, sua atuação estratégica no apoio às cooperativas filiadas, promovendo iniciativas voltadas ao crescimento sustentável e à melhoria da performance comercial. As visitas técnicas realizadas ao longo do ano possibilitaram maior integração entre a Central e as cooperativas, além da troca de experiências, compartilhamento de boas práticas e identificação de oportunidades de inovação e evolução.



Áreas de Negócios e Marketing atuam estrategicamente junto às cooperativas na identificação de oportunidades e soluções inovadoras.



Os **encontros mensais de gerentes e coordenadores de PA's** contribuíram para o alinhamento das estratégias, o acompanhamento dos resultados e a definição de ações corretivas e de melhoria, enquanto o **Painel Matriz de Relacionamento**, desenvolvido em apoio com a área de performance, fortaleceu a tomada de decisão e o desenvolvimento dos negócios ao facilitar a visualização e o acompanhamento das filiadas.

A capacitação dos times comerciais, especialmente nos produtos da **Campanha Nacional de Vendas (CNV)**, foi um dos pilares para o aumento da competitividade das cooperativas, garantindo que a força de vendas compreendesse de forma aprofundada os produtos, suas vantagens e diferenciais, além de desenvolver habilidades técnicas com impacto direto nos resultados.



Encontros do Avança em 2025 promoveram o alinhamento sistêmico e capacitaram equipes para a oferta de soluções integradas aos cooperados.

Complementando essa atuação, os encontros estratégicos do **Avança** reforçaram o alinhamento sistêmico e o protagonismo das equipes. O **Avança Meios de Pagamento**, realizado em fevereiro de 2025, debateu a estratégia para fortalecimento da oferta de soluções ao cooperado e aumento da principalidade da relação com a cooperativa. O **Avança Consórcios**, em abril, destacou a relevância do produto como solução complementar e potencializadora de negócios, integrando inclusive contribuições do time de câmbio. Já os encontros de **Avança Crédito** e **Avança Transformação Digital** trataram, respectivamente, da ampliação responsável da oferta de soluções de crédito e da modernização de processos e experiência do associado.

O **Avança 2025** consolidou-se como um dos principais momentos de integração, reconhecimento e estímulo ao desenvolvimento do Sistema UniMais Rio, reunindo Central e Singulares para apresentar conquistas, engajar colaboradores e reforçar o papel de cada profissional como promotor do desenvolvimento pessoal, cooperativo, regional e social.

A photograph of an outdoor event under a white canopy with the Siccoob logo. In the foreground, people are seen from behind, wearing light blue t-shirts with the slogan 'Mais que uma escolha financeira, Siccoob faz bem'. A man in a white shirt stands in the background. A banner in the background says 'SURFE ESSA ONDA COM O SICCOOB'. A QR code is visible on the left side of the canopy.

SICCOOB

3

REFORÇO DE MARCA, NEGÓCIOS E PRESENÇA NA COMUNIDADE

5,6 milhões de impactos digitais e fortalecimento estratégico da marca.



COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA IMPULSIONOU ALCANCE DIGITAL E SUPORTE ÀS COOPERATIVAS

Suporte Estratégico e Gestão de Marca

Em 2025, a **Área de Comunicação e Marketing** consolidou seu papel estratégico no apoio às cooperativas filiadas e no fortalecimento da marca Sicoob, atuando de forma integrada na gestão de campanhas, produção de conteúdo, eventos e relacionamento com cooperados.

Ao longo do ano, a área registrou um volume expressivo de demandas atendidas, com 933 chamados, sendo mais de 70% provenientes das cooperativas filiadas, evidenciando a centralidade da área como suporte direto às operações e iniciativas locais.

A atuação contemplou desde projetos estruturais, como comunicação visual de Pontos de Atendimento, desenvolvimento de campanhas – como as campanhas centralizadas **Capital Premiado** e **Consórcio Premiado** – e gestão de marca, até iniciativas voltadas à presença digital, produção de conteúdos e apoio estratégico em eventos e ações institucionais.

A comunicação com cooperados foi fortalecida por meio de estratégias integradas de relacionamento, com destaque para o planejamento e envio centralizado de mídias sociais, além do modelo de planejamento compartilhado, ampliando o alinhamento sistêmico.



As campanhas Capital Premiado e Consórcio Premiado foram desenvolvidas para impulsionar a capitalização e a oferta de consórcios com foco na geração de leads e conversão de negócios.



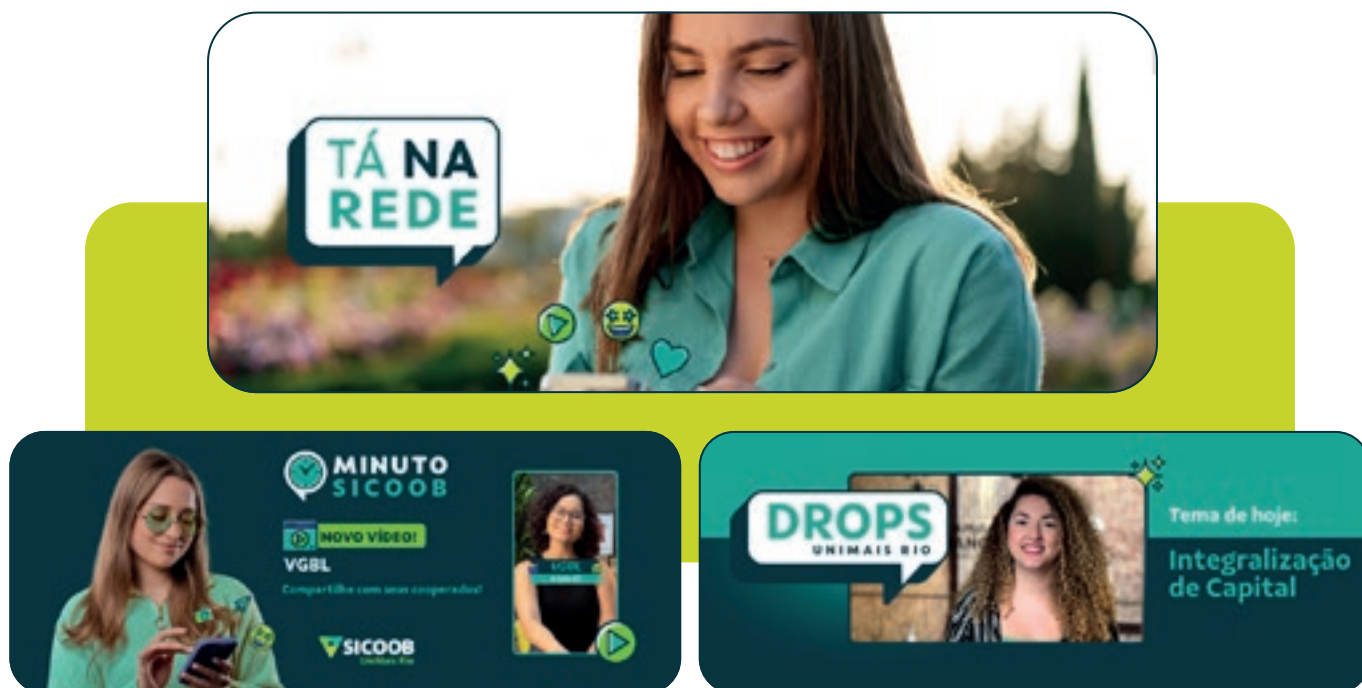
Transformação Digital e Performance

No campo digital, a produção audiovisual ganhou relevância, com a divulgação de vídeos institucionais e comerciais dentro do projeto **Tá na Rede**, que abordaram temas como seguros, consórcios, crédito, investimentos e campanhas sistêmicas, ampliando o alcance e o engajamento do público nas redes sociais.

A estratégia de e-mail marketing também apresentou resultados expressivos, com mais de **5,6 milhões de envios**, geração de centenas de milhares de aberturas e gestão ativa de leads, reforçando o papel da comunicação digital como canal relevante de relacionamento e conversão.

Complementando essa atuação, a área avançou no desenvolvimento de jornadas digitais com a criação de landing pages e formulários, ampliando as possibilidades de captação e qualificação de leads, além da evolução do fluxo de boas-vindas (Welcome Kit), que contribuiu para a integração de novos cooperados.

A **Central de Notícias** manteve sua relevância como canal estruturado de comunicação interna e institucional, com produção contínua de conteúdos para intranet, sites e canais internos, além do envio de newsletters e conteúdos no WhatsApp corporativo, fortalecendo o fluxo de informação e o engajamento dos colaboradores.



O projeto Tá na Rede fortalece a jornada do cooperado com vídeos institucionais e comerciais desenvolvidos para impulsionar a conversão.



Presença Institucional e Experiência de Marca

A atuação da área em eventos foi um dos grandes destaques de 2025, com participação ativa na criação, produção e execução de iniciativas que fortaleceram a presença da marca junto aos cooperados e à sociedade, incluindo ações como **Surfin Festival**, **Seminário de Controles e Riscos**, **Encontro de PAEs do Instituto Sicoob** e ativações do **Dia S**.

O **Avança 2025**, executado em janeiro, mas planejado ao longo de 2025, foi o maior destaque do ano, com atuação integral da área de Marketing na construção da experiência do evento, desde o desenvolvimento do conceito criativo e identidade visual até a produção de conteúdos, ambientação, apresentações e materiais de apoio, garantindo uma experiência consistente e alinhada ao posicionamento estratégico do sistema.

As campanhas de marketing contemplaram produtos estratégicos como consórcios, previdência e capitalização, com iniciativas de mídia digital voltadas à geração de leads, engajamento e conversão, além do desenvolvimento de peças, roteiros, hotsites e ações de mídia on.

Por fim, a área avançou em iniciativas estruturantes, como o lançamento do **DNA Sicoob**, plataforma intrassistêmica de comunicação corporativa, que representa um novo modelo de gestão e disseminação de conteúdos, reforçando a modernização da comunicação e ampliando a integração entre Central e cooperativas.

O Avança 2025 celebrou as conquistas do ano com a participação especial de Zico, inspirando nossos times a buscarem a excelência no atendimento e nos resultados.



Além do fomento ao esporte, nossa participação no Surfin Festival promoveu a regeneração ambiental da Barra da Tijuca através do plantio de árvores nativas e da gestão de resíduos na praia.



4

INSTITUTO SICOOB

*Educação financeira e voluntariado
transformando a vida de milhares de pessoas.*



TRANSFORMAÇÃO SOCIAL E EDUCAÇÃO FINANCEIRA GERANDO IMPACTO REAL

Por meio da participação em agendas externas e da realização de capacitações direcionadas a colaboradores e voluntários, o **Instituto Sicoob** reforçou, em 2025, seu papel como agente de transformação social, impulsionando a educação financeira, o desenvolvimento pessoal e profissional e a sustentabilidade no sistema.

Participação em agendas estratégicas

Em consonância com o **Pacto Sistêmico de Estratégia do Sicoob** e alinhado às demandas do mercado financeiro, o Instituto esteve presente de forma estratégica nas principais agendas educacionais do Sistema Financeiro. Essa atuação reafirma o compromisso do Sicoob com a educação financeira, amplia o reconhecimento da marca junto a diferentes públicos e materializa seu propósito por meio das ações do Instituto.



3.457 pessoas beneficiadas



60.887 pessoas alcançadas nas redes



6 cooperativas participantes





Semana Nacional de **EDUCAÇÃO FINANCEIRA**



5.877 pessoas beneficiadas



201.440 pessoas alcançadas nas redes



6 cooperativas participantes



Ações da Semana ENEF impactam milhares de passageiros nas estações Carioca do Metrô (Rio de Janeiro) e CPTM/Brás (São Paulo), levando orientação e consciência financeira aos grandes centros urbanos.



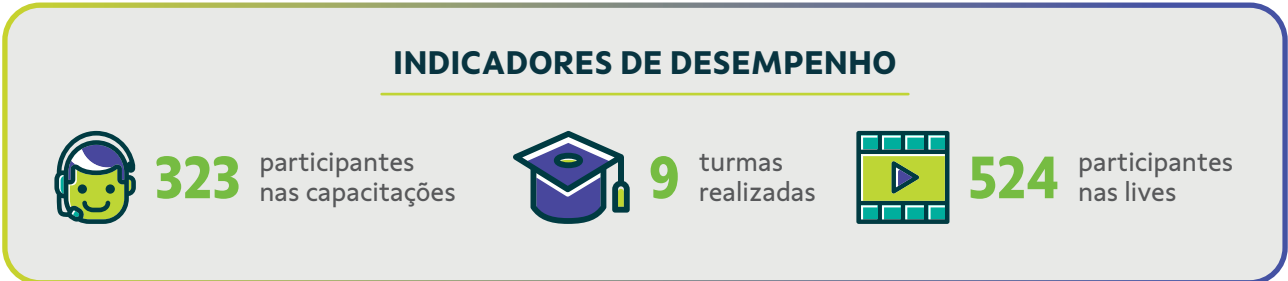


SEMANA DO COOPERATIVISMO



Capacitações estratégicas para as cooperativas

Alinhado ao **Pacto Sistêmico de Estratégia**, o Instituto realizou turmas de capacitação com temas voltados ao fortalecimento da atuação do próprio Instituto Sicoob e ao desenvolvimento pessoal e profissional dos colaboradores, contribuindo para a melhoria da performance e do relacionamento com o público externo e cooperado.



Entre os temas trabalhados estiveram **Introdução a Investimentos, Se Liga Finanças, Orientações Financeiras, Educação Financeira Infantil, Introdução a ESG - Como construir um case** e a capacitação **Por que a Psicologia Econômica importa para a Educação Financeira?**. No campo das lives, destacaram-se **A arte de ser leve e Você sempre escolhe o que é melhor para você?**.



Impacto social e sustentabilidade

INDICADORES DE DESEMPENHO



760

voluntários transformadores ativos no SINS



24%

crescimento em relação a 2024



4.034

horas voluntárias



121.974

beneficiados com programas de portfólio e extraportfólio



387.564

pessoas alcançadas com publicações nas mídias sociais da Central e Cooperativas Filiadas



136%

de antigimento da meta CNS



323

colaboradores capacitados pela Central



180.239

pessoas impactadas com educação financeira, cooperativista e empreendedora até 11/25.



Na frente de **Sustentabilidade**, a Central participou do **Inventário de Gases de Efeito Estufa (GEE)**, com o objetivo de identificar fontes de emissão, calcular o impacto ambiental e orientar ações de redução e compensação. Já na **Campanha Nacional de Sustentabilidade 2025**, o Sicoob UniMais Metropolitana recebeu premiações em quatro categorias do seu grupo, destacando-se como a cooperativa singular com o maior número de reconhecimentos conquistados em uma única edição no sistema regional.

O Instituto também registrou destaques em iniciativas como **Garagem Sicoob**, **Concurso Cultural**, atuação de cooperativas mirins e projetos patrocinados pelas leis de incentivo, além do fortalecimento de parcerias com organizações como CIEE Rio, Metrô Rio, SPC, Sebrae, Planejar, Firjan, Universidade Cândido Mendes, CRC e outras instituições estratégicas.





5

DIRECIONADORES REGIONAIS 2024-2026

*Alinhamento sistêmico para fortalecer a
tomada de decisão e o negócio.*



PACTO SISTÊMICO FORTALECE COOPERATIVAS E ALINHA ESTRATÉGIAS

Ainda em relação ao **Pacto Sistêmico Estratégico 2024–2026**, a área de Performance Corporativa cumpriu extensa agenda no sentido da execução de trabalho à Tradução do Pacto Sistêmico, isto com o objetivo de aproximar as cooperativas singulares (conselheiros, dirigentes, gestores e colaboradores) do planejamento estratégico do Sicoob. Na oportunidade, o Time de Performance da Central realizou encontros presenciais com 11 cooperativas singulares aderentes ao projeto no período de setembro a novembro de 2024, quando, enfim, promoveu momentos propícios à reflexão, ao diálogo e à tomada de decisões sobre temas de relevante importância e vitais ao negócio, refletidos na proposição de projetos locais que contribuem para o fortalecimento da cadeia de valor do Sistema UniMais Rio e garantia de que as decisões tomadas, em todos os níveis, mantenham-se alinhadas com os objetivos estratégicos do Sicoob.

As 48 declarações nacionais foram subdivididas em 8 cestas:





DESEMPENHO SISTÊMICO

Nossos indicadores consolidam uma trajetória de crescimento sustentável.

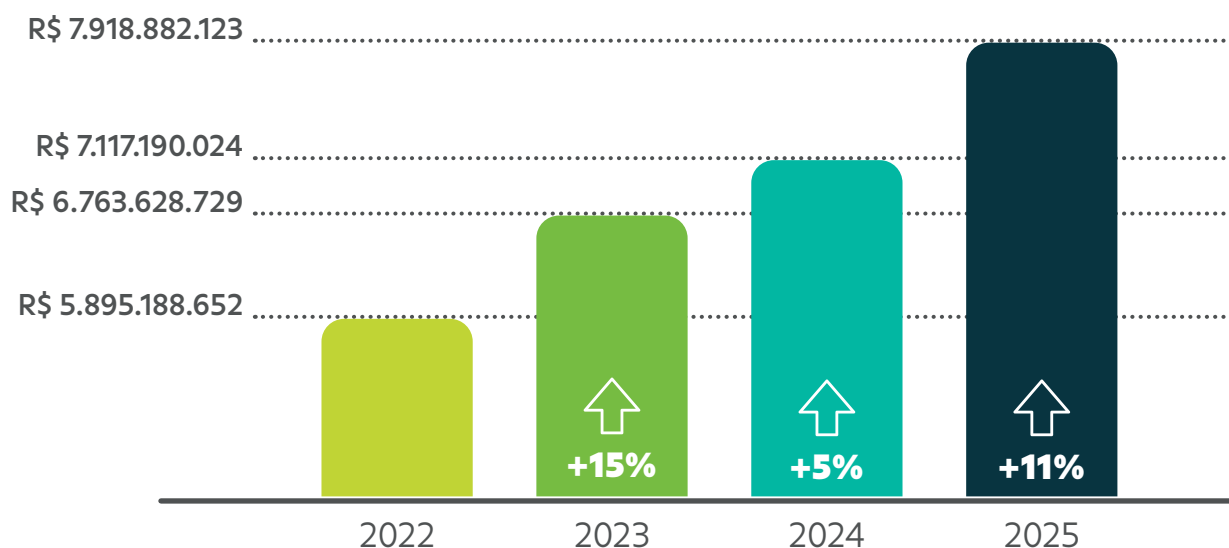


NÚMEROS DO SICOOB UNIMAIS RIO*

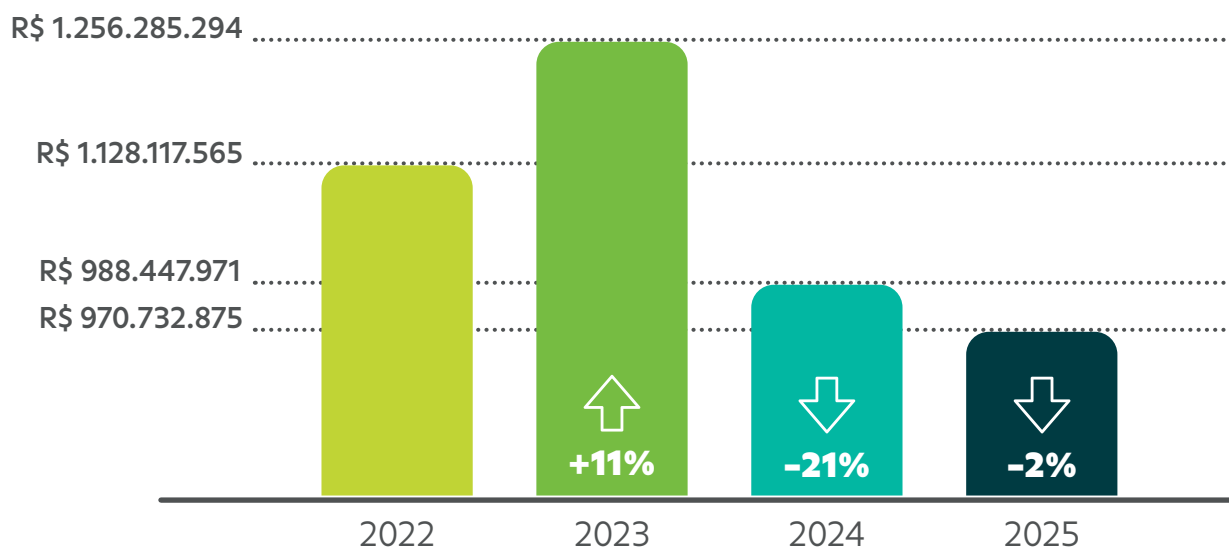
Fontes: PAD e Sisbr Analítico

* Dados extraídos em 31/12/2025.

Ativos Totais

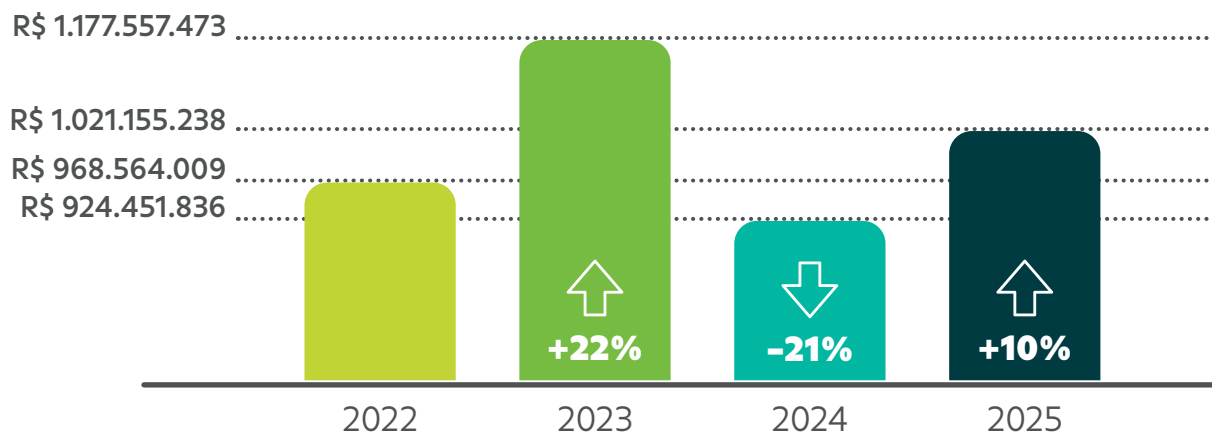


Patrimônio Líquido

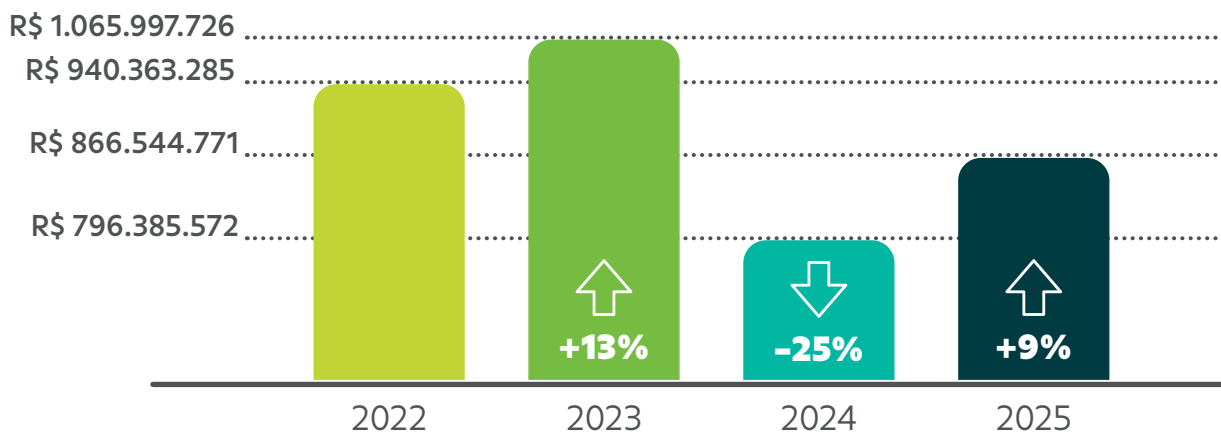




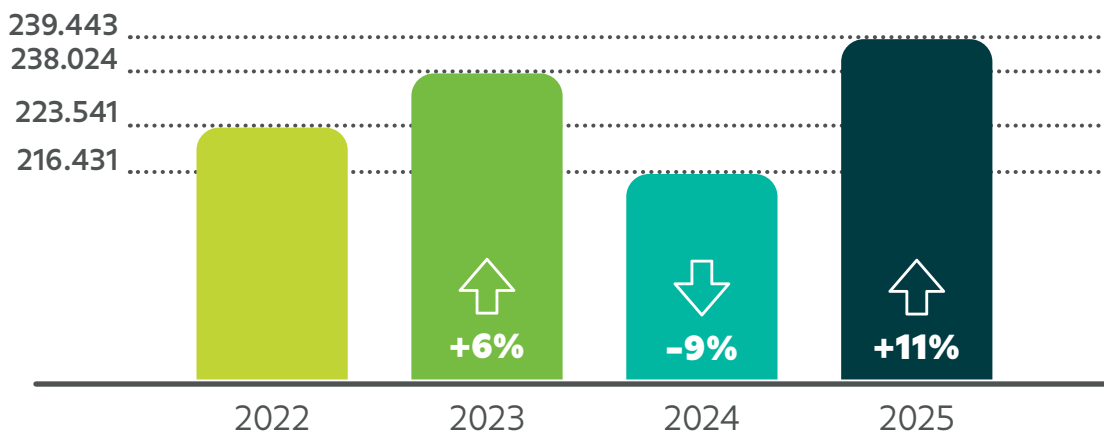
Patrimônio de Referência



Capital Social

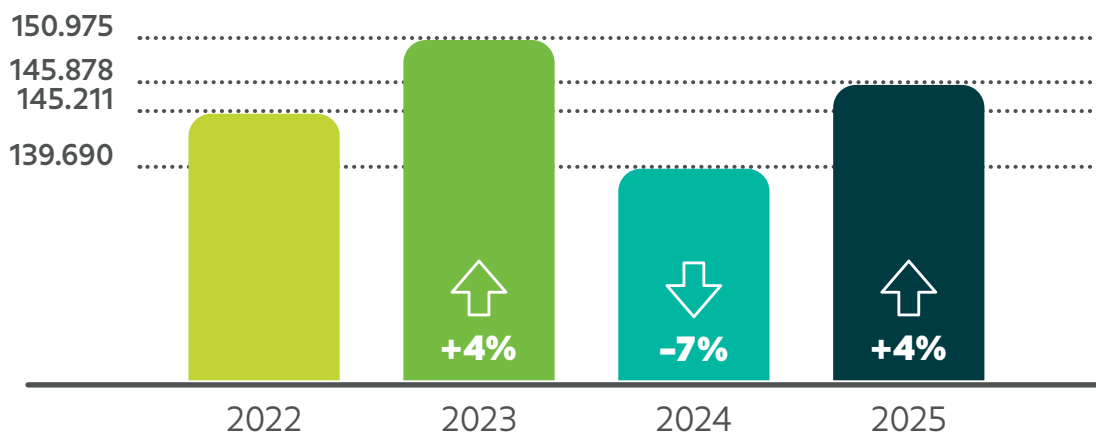


Associados Totais

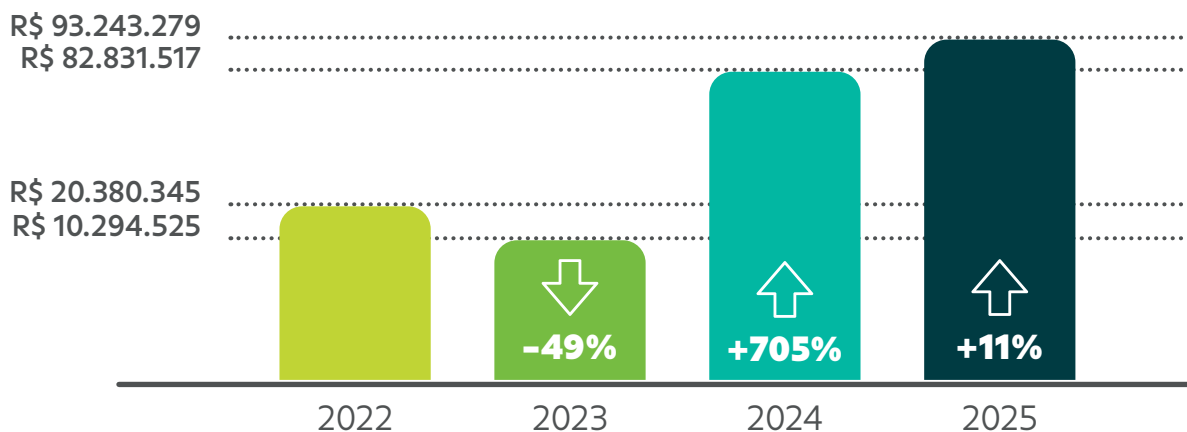




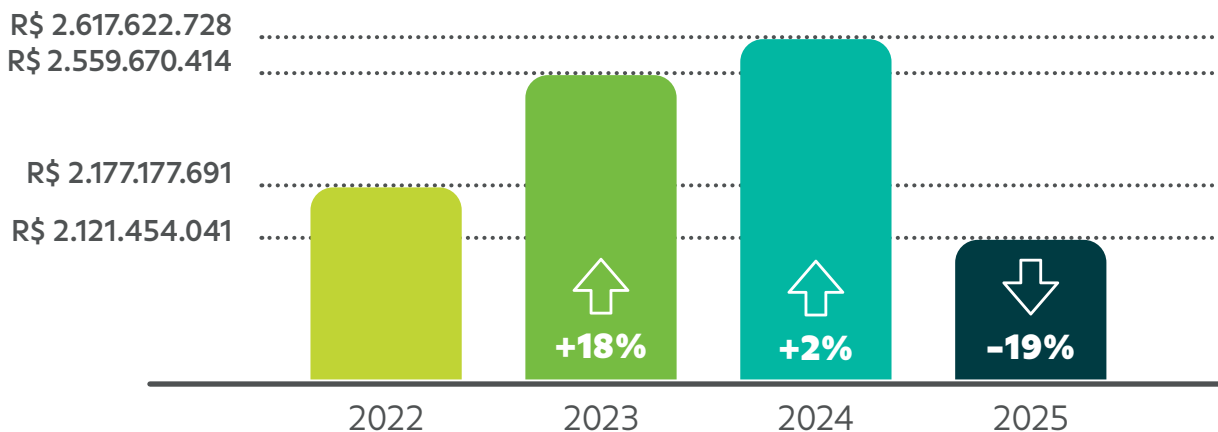
Associados Ativos



Sobras Líquidas

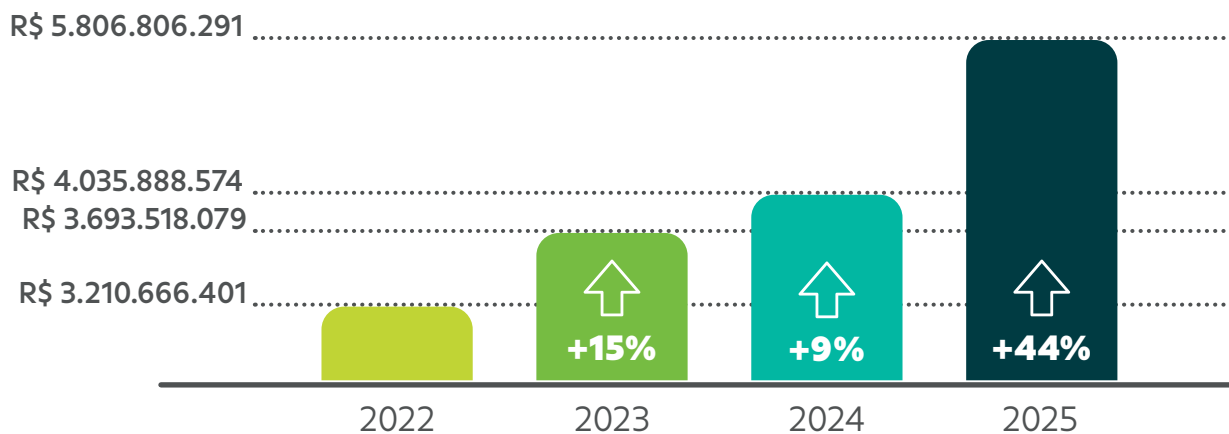


Recursos na Centralização Financeira

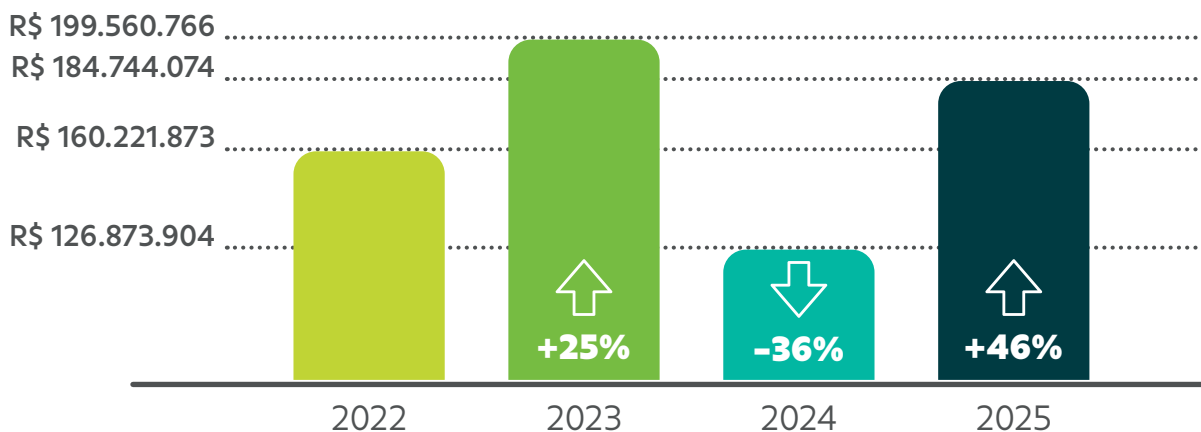




Operações de Crédito



Fundo de Reserva



A smiling man with a beard, wearing a green button-down shirt, is holding a smartphone. He is in an office environment with a blurred background showing another person and a computer monitor. The overall tone is professional and positive.

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Solidez financeira, gestão de riscos e compromisso com o desenvolvimento sustentável do sistema.



Seguindo o princípio da informação e prezando pelo valor da transparência, apresentamos neste documento as Demonstrações Financeiras relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2025 da cooperativa financeira SICOOB UNIMAIS RIO.

Aqui você também vai conhecer um pouco mais sobre a cooperativa e os resultados que alcançamos juntos no período. Esperamos que aprecie o conteúdo e descubra em nossos números a força do cooperativismo financeiro.

Boa leitura!

1. Contexto Sicoob

O Sicoob faz parte do Sistema Financeiro Nacional e é um dos maiores sistemas cooperativos do país. Conta com 9,3 milhões de cooperados, presente em 2.452 mil municípios e 4.685 pontos de atendimento, distribuídos em todo o Brasil. É composto por cooperativas financeiras e empresas de apoio, que, em conjunto, oferecem aos cooperados serviços de conta corrente, crédito, investimentos, cartões, previdência, consórcios, seguros, cobrança bancária, aquisição de meios eletrônicos de pagamento, entre outros, ou seja, tem todos os produtos e serviços bancários, mas não é banco. É uma cooperativa financeira em que os usuários (cooperados) são donos. Por isso, os resultados financeiros são compartilhados, direta e indiretamente, entre os cooperados, com uma parte destinada a projetos comunitários.

2. Sustentabilidade

Visando estruturar um ambiente de sustentabilidade sistêmica que integre as práticas sociais, ambientais e de governança (ESG) ao modelo de negócios do Sicoob, todas as organizações do Sistema estão se mobilizando em torno do Pacto pelo Desenvolvimento Sustentável.

Para traduzir aos cooperados e às comunidades os nossos compromissos, contamos com um Plano de Sustentabilidade, Agenda e Relatório de Sustentabilidade, alinhados ao nosso plano estratégico e aderente as diretrizes do Banco Central do Brasil voltadas à Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática.

Quer saber mais? Acesse www.sicoob.com.br/sustentabilidade.



3. Nossa Cooperativa

O SICOOB UNIMAIS RIO é uma instituição financeira cooperativa voltada para fomentar o crédito para seu público-alvo, os cooperados, que, além de contar com um portfólio completo de produtos e serviços financeiros, têm participação nos resultados financeiros e contribuem para o desenvolvimento socioeconômico sustentável de suas comunidades.

4. Política de Crédito

Nossa atuação dá-se principalmente por meio da concessão de empréstimos e captação de depósitos. Concessão essa que é realizada para cooperados após prévia análise, respeitando limites de alçadas préestabelecidos que devem ser observados e cumpridos. Realizamos, ainda, consultas cadastrais e análises através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

Nossa política de classificação de risco de crédito está de acordo com a Resolução CMN nº 4.966/2021, que entrou em vigor a partir de janeiro/2025. Essa resolução altera a forma como as instituições financeiras classificam, mensuram e reconhecem perdas esperadas em seus ativos financeiros, incluindo a provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD).

5. Governança Corporativa

A participação nas decisões é um valor que permeia nosso negócio, por isso cada singular tem direito a voto nas assembleias. Entre as decisões, está a eleição do Conselho de Administração, que é responsável pelas decisões estratégicas.

Os atos da administração da cooperativa, bem como a validação de seus balancetes mensais e do balanço patrimonial anual, são realizados pelo Conselho Administração. Neste mesmo sentido, a gestão dos negócios da cooperativa no dia a dia é realizada pela Diretoria Executiva.

A cooperativa possui profissional(is) designado(s) na função de Agente de Controles Internos, supervisionado(s) diretamente pelo Diretor responsável pelo gerenciamento contínuo de riscos. O objetivo é acompanhar a aderência aos normativos vigentes, sejam eles internos e/ou sistêmicos (SICOOB UNIMAIS RIO e Sicoob Confederação), bem como aqueles oriundos da legislação vigente.

Os balanços da cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a cooperativa adota ferramentas de gestão como o Manual de Crédito, que foi aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela central.



Além do Estatuto Social, seguimos regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Interno da Diretoria Executiva e o Regulamento Eleitoral.

A cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais. Além disso, os integrantes da nossa cooperativa estão em harmonia com o Pacto de Ética e de Conduta Profissional propostos pelo Sicoob Confederação.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar às filiadas e à sociedade a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

6. Sistema de Ouvidoria

É um canal de comunicação com os nossos cooperados e integrantes das comunidades onde estamos presentes, em que são atendidas manifestações sobre nossos produtos. No exercício de 2025, o SICOOB UNIMAIS RIO não registrou manifestações.

7. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito

O FGCoop é uma associação civil sem fins lucrativos criada para tornar as cooperativas financeiras tão competitivas quanto os bancos comerciais e proteger as pessoas que depositam sua confiança em cooperativas financeiras regulamentadas. Ele assegura que o cooperado receba seu dinheiro de volta nos casos de eventual intervenção ou liquidação da cooperativa financeira pelo Banco Central do Brasil, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil reais) por CPF ou CNPJ.

De acordo com o artigo 3º da Resolução CMN nº 4.933, de 29/07/2021, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.



8. Demonstrações dos Resultados da Cooperativa

Data-base: 31 de dezembro de 2025.

31/12/2025	
RESULTADOS FINANCEIROS DO PERÍODO	
Sobras do Exercício – antes dos Juros ao Capital	R\$ 27.286.481,96
NÚMERO DE COOPERADOS	
Total	12
CARTEIRA DE CRÉDITO	
Carteira comercial	R\$ 30.052.127,59
CAPTAÇÕES	
Centralização Financeira	R\$ 2.121.454.040,77
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA	
Total	R\$ 72.509.977,94

9. Agradecimentos

Agradecemos aos nossos Cooperados pela confiança e parceria, que nos motivam a buscar sempre a excelência e a inovação. Também agradecemos aos colaboradores pela dedicação e adaptação diante dos desafios, essenciais para alcançarmos resultados sólidos e sustentáveis.

Conselho de Administração e Diretoria.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2025.

++++
++++
++++
++++
++++

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

*A saúde financeira do Sicoob UniMais Rio
refletida em resultados consistentes e seguros.*



COOPERATIVA CENTRAL DE ECONOMIA E CREDITO SICOOB UNIMAIS RIO LTDA.
SICOOB UNIMAIS RIO
CNPJ: 14.568.725/0001-95

BALANÇO PATRIMONIAL

Valores expressos em Reais

	NOTAS	31/12/2025
ATIVO		2.360.052.612,24
DISPONIBILIDADES	5	8.942,90
ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO		446.938.602,14
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6.1	102.285.455,86
Títulos e Valores Mobiliários	6.1	312.331.955,61
Operações de Crédito	7	30.052.127,59
Outros Créditos	7	687.519,05
Outros Ativos Financeiros	9	1.733.657,57
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOC. AO RISCO DE CRÉDITO	8	(152.113,54)
ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		1.175.874.617,09
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6.2	1.175.874.617,09
ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO		565.087.551,36
Títulos e Valores Mobiliários	6.3	565.087.551,36
ATIVOS FISCAIS, CORRENTES e DIFERIDOS	10	2.487.154,36
OUTROS ATIVOS	11	2.115.599,58
INVESTIMENTOS	12	162.261.447,86
IMOBILIZADO DE USO	13	11.584.375,63
INTANGÍVEL E ÁGIO	14	234.477,30
(-) DEPRECIACIONES E AMORTIZACIONES		(6.540.155,98)
(-) Depreciação Acumulada de Ativo Imobilizado de Uso	13	(6.379.184,82)
(-) Amortização Acumulada de Ativos Intangíveis	14	(160.971,16)
TOTAL DO ATIVO		2.360.052.612,24
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.360.052.612,24
PASSIVO FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO		2.127.683.343,62
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		2.121.454.040,77
Centralização Financeira - Cooperativas	15.1	2.121.454.040,77
OUTROS PASSIVOS		4.566.279,09
Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas	16.1	1.129.789,72
Outras Obrigações	16.3	3.436.489,37
PROVISÕES		1.663.023,76
Provisões e Outras Obrigações com Instrumentos Financeiros	17.1	13.347,98
Provisão para Pagamento a Efetuar	17.2	1.649.675,78
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19	232.369.268,62
Capital Social		229.073.917,20
Reservas de Sobras		1.827.309,01
Outros Resultados Abrangentes		(18.122,84)
Sobras ou Perdas Acumuladas		1.486.165,25
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.360.052.612,24

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS

Valores expressos em Reais

	NOTAS	2º SEM. 2025	31/12/2025
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		178.295.481,91	340.869.717,10
Resultado de Operações de Crédito	7.2	2.277.860,44	2.626.179,34
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	6.6.a	62.550.485,58	115.184.046,75
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6.6.b	113.467.135,89	223.059.491,01
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(173.684.009,28)	(331.944.851,15)
Operações de Empréstimos e Repasses	20	(173.684.009,28)	(331.944.851,15)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		4.611.472,63	8.924.865,95
PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOC. AO RISCO DE CRÉDITO	8.3	65.170,74	(128.406,81)
RESULTADO LÍQUIDO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		4.676.643,37	8.796.459,14
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		9.806.146,64	18.491.489,38
Receitas de Prestação de Serviços	21	336.505,83	1.031.027,96
Despesas de Pessoal	22	(8.224.327,81)	(17.202.378,66)
Outras Despesas Administrativas	23	(5.278.632,41)	(9.625.461,39)
Despesas Tributárias	24	(716.569,26)	(913.648,38)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	12.1	1.612.723,51	12.463.061,11
Outras Despesas Operacionais	25	(820.700,48)	(1.379.795,13)
Outras Receitas Operacionais	26	22.897.147,26	34.118.683,87
PROVISÕES		11.037,62	766,50
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas		11.037,62	766,50
RESULTADO OPERACIONAL		14.493.827,63	27.288.715,02
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS		-	(2.233,06)
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		14.493.827,63	27.286.481,96
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		226.770,81	-
Imposto de Renda Sobre Atos Não Cooperados		137.271,13	-
Contribuição Social Sobre Atos Não Cooperados		89.499,68	-
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES		14.720.598,44	27.286.481,96

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Valores expressos em Reais

	NOTAS	2º SEM. 2025	31/12/2025
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		14.720.598,44	27.286.481,96
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		(159.705,84)	(719.834,06)
Itens que podem ser reclassificados para o Resultado			
Ajuste de Avaliação Patrimonial		(159.705,84)	(719.834,06)
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE		14.560.892,60	26.566.647,90

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em Reais

	NOTAS	CAPITAL SUBSCRITO	RESERVA LEGAL	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAIS
Saldos em 30/06/2025		183.986.726,64	1.652.466,04	141.583,00	12.565.883,52	198.346.659,20
Adoção inicial Resolução CMN 4.966/21		-	-	-	(14.181,39)	(14.181,39)
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização		21.301.538,87	-	-	-	21.301.538,87
Por Devolução (-)		(3.000.000,00)	-	-	-	(3.000.000,00)
Reversão/Realização de Fundos		-	-	-	1.261.780,83	1.261.780,83
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital		-	-	-	14.720.598,44	14.720.598,44
Ajuste de Avaliação Patrimonial		-	-	(159.705,84)	-	(159.705,84)
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:						
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio		-	-	-	(26.785.651,69)	(26.785.651,69)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		26.785.651,69	-	-	-	26.785.651,69
Destinações das Sobras do Período:						
Fundo de Reserva		-	174.842,97	-	(174.842,97)	-
FATES - Atos Cooperativos		-	-	-	(87.421,49)	(87.421,49)
Saldos em 31/12/2025		229.073.917,20	1.827.309,01	(18.122,84)	1.486.165,25	232.369.268,62

+++++

+++++

+++++

+++++

+++++



Valores expressos em Reais

	NOTAS	CAPITAL SUBSCRITO	RESERVA LEGAL	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAIS
Saldos em 31/12/2024		174.431.573,57	1.652.466,04	701.711,22	1.295.747,26	178.081.498,09
Adoção inicial Resolução CMN 4.966/21		-	-	-	(14.181,39)	(14.181,39)
Destinações das Sobras do Exerc. Anterior:						
Ao FATES		-	-	-	(695.891,26)	(695.891,26)
Distribuição de sobras para associados		-	-	-	(599.856,00)	(599.856,00)
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização		30.856.691,94	-	-	-	30.856.691,94
Por Devolução (-)		(3.000.000,00)	-	-	-	(3.000.000,00)
Reversão/Realização de Fundos		-	-	-	1.261.780,83	1.261.780,83
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital		-	-	-	27.286.481,96	27.286.481,96
Ajuste de Avaliação Patrimonial		-	-	(719.834,06)	-	(719.834,06)
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:						
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio		-	-	-	(26.785.651,69)	(26.785.651,69)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		26.785.651,69	-	-	-	26.785.651,69
Destinações das Sobras do Período:						
Fundo de Reserva		-	174.842,97	-	(174.842,97)	-
FATES - Atos Cooperativos		-	-	-	(87.421,49)	(87.421,49)
Saldos em 31/12/2025		229.073.917,20	1.827.309,01	(18.122,84)	1.486.165,25	232.369.268,62



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Valores expressos em Reais

DESCRIÇÃO	NOTAS	2º SEM. 2025	31/12/2025
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		14.493.827,63	27.286.481,96
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos – Invest. Aval. Custo		(11.721.862,95)	(11.721.862,95)
Distribuição de Sobras e Dividendos – Invest. Aval. Custo		-	(538,56)
Resultado de Equivalência Patrimonial		(1.612.723,51)	(12.463.061,11)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	8.3	(65.170,74)	128.406,81
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	27	(11.037,62)	(766,50)
Atualização de Depósitos em Garantia	26	(113.296,67)	(205.679,84)
Depreciações e Amortizações	23	435.388,44	871.595,08
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO		1.405.124,58	3.894.574,89
(AUMENTO)/REDUÇÃO EM ATIVOS OPERACIONAIS			
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		337.820.992,44	508.170.395,73
Títulos e Valores Mobiliários		(339.611.449,60)	(1.039.957.439,48)
Operações de Crédito		(6.673.155,64)	(24.259.906,05)
Outros Ativos Financeiros		75.903,74	199.123,99
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos		(1.845.034,62)	(2.070.389,65)
Outros Ativos		248.948,89	(1.463.946,81)
AUMENTO/(REDUÇÃO) EM PASSIVOS OPERACIONAIS			
Relações Interfinanceiras		(393.299.520,86)	(496.168.686,89)
Outros Passivos Financeiros		(121.796,30)	(12.888,09)
Provisões		(2.520,58)	6.155,61
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas		652.103,35	453.769,29
Outros Passivos		(27.695.850,36)	(45.893.993,28)
Destinação de Sobras Exercício Anterior ao FATES		-	(695.891,26)
FATES – Atos Cooperativos		(87.421,49)	(87.421,49)
Reversão/Realização de Fundos		1.261.780,83	1.261.780,83
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIV. OPERACIONAIS		(427.871.895,62)	(1.096.624.762,66)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Distribuição de Dividendos Recebidos – Invest. Aval. Custo		-	538,56
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos – Invest. Aval. Custo		11.721.862,95	11.721.862,95
Aquisição de Intangível		-	(60.060,00)
Aquisição de Imobilizado de Uso		(360.567,32)	(741.718,64)
Aquisição de Investimentos		(29.885.025,73)	(30.283.985,69)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIV. DE INVESTIMENTOS		(18.523.730,10)	(19.363.362,82)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Aumento por novos aportes de Capital		21.301.538,87	30.856.691,94
Devolução de Capital aos Cooperados		(3.000.000,00)	(3.000.000,00)
Distribuição de Sobras Para Associados Pago		-	(599.856,00)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		26.785.651,69	26.785.651,69
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIV. DE FINANCIAMENTOS		45.087.190,56	54.042.487,63
AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(401.308.435,16)	(1.061.945.637,85)
Modificações Líquidas de Caixa e Equivalentes de Caixa			
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período		618.823.632,07	1.279.460.834,76
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período	5	217.515.196,91	217.515.196,91
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		(401.308.435,16)	(1.061.945.637,85)

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



NOTAS EXPLICATIVAS

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA CENTRAL DE ECONOMIA E CRÉDITO SICOOB UNIMAIS RIO LTDA**, doravante denominado **SICOOB UNIMAIS RIO**, é uma entidade cooperativista, que tem por objetivo a organização em maior escala, dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (Cooperativas Singulares), integrando e orientando suas atividades, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias; pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades Cooperativas; pela Lei Complementar nº 130/2009, alterada pela Lei Complementar nº 196/2022, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo; pela Resolução CMN nº 4.970/2021 e 5.051/2022, alterada pela Resolução CMN nº 5.131/2024, que dispõe sobre a constituição e o funcionamento de Cooperativas de Crédito e sobre os processos de autorização de funcionamento das instituições que especifica. Neste sentido, o **SICOOB UNIMAIS RIO** coordena as ações de suas filiadas, difunde e fomenta o cooperativismo de crédito e orienta a aplicação dos recursos captados pelo Sistema. O **SICOOB UNIMAIS RIO** integra o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil – Sicoob, em conjunto a outras Cooperativas Centrais e Singulares, sendo sediada à **RUA RODRIGO SILVA, Nº 26, CENTRO, RIO DE JANEIRO – RJ**.

O **SICOOB UNIMAIS RIO**, tem como atividade preponderante a operação na área creditícia e como finalidades:

- i) Proporcionar, por meio da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- ii) Formar educacionalmente seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, com a ajuda mútua da economia sistemática e o uso adequado do crédito; e
- iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações, entre outras: captação de recursos; concessão de créditos; prestação de garantias; prestação de serviços; formalização de convênios com outras instituições financeiras; e aplicação de recursos no mercado financeiro, incluindo depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BCB. Estão apresentadas em conformidade com as diretrizes da Lei nº 6.404/1976, que regulamenta as sociedades por ações, bem como as alterações introduzidas pelas legislações subsequentes, como a Lei nº 11.638/2007, que trouxe importantes modificações em relação à estruturação das demonstrações financeiras, e a Lei nº 11.941/2009, que aprimorou a transparência e a relevância das informações contábeis.



Adicionalmente, foram levadas em consideração as normas regulamentares constantes no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, os Pronunciamentos Contábeis homologados pelo BCB e a legislação aplicada às cooperativas de crédito, especialmente às disposições das Leis nº 4.595/1964 e nº 5.764/1971, com alterações pela Lei Complementar nº 130/09 e 196/22. Também foram observadas a Resolução CMN nº 4.818/2020, que estabelece diretrizes contábeis, e suas alterações subsequentes, a Resolução nº 5.185/2024 e a Resolução CMN nº 4.924/2021, alteradas pela Resolução CMN nº 5.116/2024. Por fim, foram consideradas as diretrizes da Resolução BCB nº 2/2020, atualizada pela Resolução BCB nº 367/2024.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Cooperativa, e sua aprovação foi concedida em 20/03/2026.

b) Convergência às normas internacionais de contabilidade

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, novas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BCB, naquilo que não confrontar com as normas por ele emitidas anteriormente, conforme a tabela a seguir apresenta as normas recepcionadas:

Pronunciamentos CPC	Resolução CMN
CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 04 (R1) – Ativo Intangível	Resolução CMN nº 4.534/2016
CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil	Resolução CMN nº 4.975/2021
CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações	Resolução CMN nº 3.989/2011
CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 24 – Evento Subsequente	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Resolução CMN nº 3.823/2009
CPC 27 – Ativo Imobilizado	Resolução CMN nº 4.535/2016
CPC 28 – Propriedade para investimento	Resolução CMN nº 4.967/2021
CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados	Resolução CMN nº 4.877/2020
CPC 41 – Resultado por Ação	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 46 – Mensuração do Valor Justo	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente	Resolução CMN nº 4.924/2021

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BCB, quando aplicáveis à esta cooperativa, foram empregados em sua integridade na elaboração destas demonstrações financeiras. Os impactos de divulgação requeridos pelas Resolução CMN nº 4.966/2021, alterada pela Resolução CMN nº 5.244/2025 e Resolução BCB nº 352/2023 estão refletidos nas demonstrações deste período.

c) Moeda Funcional e apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Cooperativa. Exceto quando indicado de outra forma, as informações financeiras quantitativas são apresentadas em milhares de Reais.



2.1 Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação

a) Mudanças em vigor

Apresentamos a seguir um resumo sobre as normas emitidas pelos órgãos reguladores em exercícios anteriores e atual, mas que entraram em vigor durante o período de 2025:

Resolução CMN nº 4.966/2021, alterada pela Resolução CMN nº 5.244/2025 e a Resolução BCB nº 352/2023: introdução de mudanças significativas nas normas contábeis para instrumentos financeiros, alinhando-se aos conceitos da norma internacional IFRS 9 (CPC 48). Os principais impactos nas demonstrações referente a adoção da resolução são:

- a.1 A adoção do modelo de perda esperada para o reconhecimento das perdas associadas ao risco de crédito. Os instrumentos financeiros são classificados em 3 (três) estágios, de acordo com o incremento do risco de crédito associado. Essa abordagem antecipa a identificação do risco de perda antes da ocorrência de inadimplência.
- a.2 Ativos financeiros passam a ser mensurados e classificados com base no modelo de negócio da Cooperativa e em suas características contratuais de fluxos de caixa e não mais com base na intenção.
- a.3 As receitas e os encargos de instrumentos financeiros devem ser reconhecidos no resultado, utilizando-se o método de taxa de juros efetivas.
- a.4 Novos critérios para mensuração de operações renegociadas e reestruturadas, visando maior transparência e comparabilidade.
- a.5 Vedação de registro no ativo de instrumentos financeiros baixados para prejuízo, exceto quando houver renegociação do instrumento, observando os devidos requisitos dispostos na Resolução.
- a.6 Mudança do critério de suspensão da apropriação de juros, que passa a ocorrer a partir do momento em que as operações são caracterizadas como “ativo financeiro com problema de recuperação de crédito”;
- a.7 Mudança no critério de baixa de ativo financeiros para prejuízo, que passam a ser baixados a partir do momento em que a Cooperativa não tem mais expectativa de recuperação.

Além disso:

- O critério de suspensão da apropriação de juros passa a se aplicar a partir do momento em que as operações forem classificadas como “ativo financeiro com problema de recuperação de crédito”;
- O critério de baixa de ativos financeiros para prejuízo também foi alterado: os ativos passam a ser baixados quando a Cooperativa não tiver mais expectativa de recuperação;
- Foram estabelecidas novas diretrizes para a contabilidade de hedge, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2027.

Resolução CMN nº 4.975/2021 e Resolução CMN nº 5.101/2023: dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento tanto na condição de arrendadora como arrendatária. Essa norma estabelece os requisitos para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento por instituições financeiras com base no CPC 06 (R2). A norma é aplicável a todos os contratos de arrendamento, contudo, faculta às instituições financeiras a aplicação prospectiva conforme artigo 2º, parágrafo 5º da referida Resolução.



Tendo como base as análises efetuadas e a faculdade prevista, a Cooperativa optou por adotar a norma prospectivamente para os contratos celebrados a partir de 1º de janeiro de 2025, data em que entrou em vigor, conforme determinação do órgão regulador.

Concomitante a mudança trazida pelas Resoluções já mencionadas, está a reformulação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. O Banco Central do Brasil (BCB) reestruturou o elenco de contas do COSIF, estabelecendo novas estruturas e limitando os níveis de agregação das contas. As alterações promovidas foram publicadas pelo órgão regulador nos seguintes normativos:

- i) Instrução Normativa BCB nº 318**, de 4 de novembro de 2022: define os subgrupos contábeis do elenco de contas do COSIF;
- ii) Resolução BCB nº 390**, de 12 de junho de 2024: trata da utilização do Padrão Contábil (Cosif) e da estrutura do elenco de contas do COSIF;
- iii) Instruções Normativas BCB nº 426 a 433**, atualizadas em 05 de novembro de 2024 pelas Instruções Normativas BCB nº 619/2025 e 671/2025: define as rubricas contábeis do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) referentes aos grupos:
 - (i) ativo realizável e permanente;
 - (ii) grupos de compensação ativa e passiva;
 - (iii) passivo exigível;
 - (iv) patrimônio líquido;
 - (v) resultado credor e devedor.

b) Adoção Inicial

A Cooperativa adotou a disposição transitória prevista no artigo 79 da Resolução CMN nº 4.966/2021 de não rerepresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas).

Foram auditados os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Os valores correspondentes ao segundo semestre de 2025, apresentados conforme requerido pela Resolução CMN nº 4.818/20 nas demonstrações de sobras ou perdas (DSP), demonstrações resultado abrangente (DRA), demonstrações das mutações do patrimônio líquido (DMPL) e demonstrações dos fluxos de caixa (DFC), não foram auditados, em razão da dispensa aplicável às cooperativas prevista na Resolução CMN nº 4.910/21.

Os efeitos dos ajustes decorrentes da adoção dos novos critérios contábeis foram reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados, pelo valor líquido dos efeitos tributários.

A reconciliação do patrimônio líquido do sistema Sicoob demonstrando os efeitos da transição da norma em 1º de janeiro de 2025, está apresentado na nota 4.

c) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

A Lei Complementar nº 214/2025, que regulamenta a Emenda Constitucional nº 132/2023, instituiu a Reforma Tributária. Em decorrência da promulgação e do avanço do processo de regulamentação da Reforma Tributária sobre o consumo, que estabelece a substituição gradativa de tributos atuais por um sistema dual composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços (“CBS”) e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (“IBS”), o



Sicoob vem acompanhando as alterações normativas, seus atos infralegais e os respectivos efeitos potenciais sobre as operações, processos e sistemas da Cooperativa.

Considerando o estágio atual de implementação, o Sicoob vem conduzindo, para o próximo exercício, um plano de adequação voltado (i) à revisão de processos de faturamento e contratação com fornecedores, (ii) à avaliação de impactos sobre o preço e a estrutura de custos dos serviços oferecidos, (iii) avaliação sobre eventuais necessidades de emissão de nota fiscal de serviço, (iv) mapeamento e classificação das operações para fins de apuração e escrituração em eventuais obrigações acessórias, e (v) à atualização de sistemas, cadastros fiscais e parametrizações para captura, conciliação e suporte à apuração de créditos e débitos, quando aplicável.

Entre os principais temas em avaliação, destacam-se:

- a) impactos nos serviços oferecidos, inclusive pela eventual necessidade de adequações contratuais para refletir a forma de destaque e repasse de CBS/IBS nas notas fiscais e documentos fiscais equivalentes;
- b) procedimentos de apuração e controle de créditos tributários, observadas as regras de não cumulatividade e os requisitos de documentação e escrituração;
- c) adequações operacionais e de compliance, envolvendo governança de dados fiscais, trilhas de auditoria, conciliações e controles internos; e
- d) potenciais efeitos sobre apresentação, notas explicativas e divulgações, na medida em que evoluam as definições regulatórias e as orientações de órgãos competentes.

Na data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, não foi possível mensurar com confiabilidade os efeitos financeiros líquidos da Reforma Tributária para o próximo exercício, uma vez que parte relevante do arcabouço regulatório e operacional ainda se encontra em fase de detalhamento e implementação, podendo sofrer alterações. O Sicoob seguirá acompanhando a evolução normativa e, quando aplicável, refletirá os impactos na mensuração, no reconhecimento e/ou na divulgação contábil de forma prospectiva, em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com a regulamentação aplicável.

Resolução CMN nº 4.966/2021: Instrumentos Financeiros e normativos relacionados – Estabelece a designação e reconhecimento contábil de hedge e o ajuste ao valor presente de instrumentos financeiros reestruturados, sendo efetivas a partir de 1º de janeiro de 2027. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

2.2 Continuidade dos Negócios

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro. Dessa forma, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

3. Principais Políticas Materiais

3.1 Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas do sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.



Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/1971, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as Cooperativas e seus associados, ou Cooperativas entre si, para o cumprimento de seus objetivos estatutários, e os atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

3.2 Estimativas Contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamentos, os quais são revisados no mínimo, anualmente. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para perdas associadas ao risco de crédito, as provisões para ajuste dos ativos não financeiros ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dessas estimativas e premissas em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

3.3 Caixa e Equivalentes de Caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, a contar da data de aquisição. São utilizadas pelo Sicoob para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, de acordo com a Nota 5.

3.4 Instrumentos Financeiros

I. Classificação dos instrumentos financeiros

Conforme requerido pela norma, foram aprovadas pelos órgãos de governança, as Políticas de Modelos de Negócios aplicáveis a todas as entidades sistêmicas para administração dos ativos financeiros. As Cooperativas administram e classificam os ativos financeiros em um dos três modelos/categorias descritas a seguir:

Modelo de Negócio 1: Manter os ativos para recebimento de fluxos de caixa contratuais;

Custo Amortizado: o ativo é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros.

Modelo de Negócio 2: Gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do Ativo Financeiro.

Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes: o ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda.

Modelo de Negócio 3: Outros modelos de negócios.

Valor Justo no Resultado: utilizada para ativos financeiros que não atendem os critérios descritos acima.

A classificação em cada uma das categorias de mensuração depende da avaliação do modelo de negócios para cada ativo financeiro, bem como das características dos seus fluxos de caixa contratuais (Somente Pagamento de Principal e Juros – Teste SPPJ).



Para determinar o modelo de negócios, a Cooperativa avalia a estratégia de obtenção de resultados financeiros, ou seja, pelo:

- i) recebimento de fluxos de caixa de principal e juros,
- ii) pela venda, ou por
- iii) ambos. Para isso, leva em consideração, entre outros, as seguintes evidências:
 - os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócio;
 - como os gestores do negócio são remunerados;
 - e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração.

A avaliação das características dos fluxos de caixa é feita por meio de aplicação do teste SPPJ a fim de avaliar se os fluxos de caixa contratuais constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito os fluxos de caixa devem incluir contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e risco de crédito. Se esse conceito não for atendido, o ativo financeiro é classificado ao Valor Justo por meio do Resultado.

A Cooperativa não faz uso da opção irrevogável, aplicável a ativos e passivos financeiros, de mensuração ao valor justo no reconhecimento inicial, para os ativos financeiros, quando essa designação resulta em informação mais relevante para a entidade, porque elimina ou reduz significativamente uma inconsistência na mensuração ou no reconhecimento que de outra forma resultaria da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas sobre eles em diferentes bases.

II. Mensuração dos instrumentos financeiros

A mensuração dos ativos e passivos financeiros dependem da categoria de mensuração onde foram classificados, a saber:

Custo amortizado: os ativos e passivos financeiros nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, acrescidos dos custos de transação. Subsequentemente são mensurados ao custo amortizado, acrescidos das atualizações efetuadas utilizando a taxa efetiva de juros. Os ganhos dos ativos financeiros desta categoria são reconhecidos na rubrica “Receitas de juros”, enquanto as despesas de juros dos passivos financeiros são reconhecidas na rubrica “Despesas de juros”, ao longo do prazo do respectivo contrato.

Ao valor justo em outros resultados abrangentes: os ativos financeiros nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, sendo os respectivos custos de transação reconhecidos como despesa. Subsequentemente são mensurados pelo valor justo, sendo os ganhos ou perdas provenientes de alterações no valor justo reconhecidos diretamente em rubrica específica do patrimônio líquido intitulada “Ajuste de avaliação patrimonial”, até que o ativo financeiro seja baixado. Quando da realização de baixa do ativo, os ganhos ou perdas acumulados na rubrica específica do patrimônio líquido são transferidos para o resultado do período. Os juros de ativos financeiros classificados nesta categoria são reconhecidos no resultado do exercício na rubrica “Receitas de juros”. Os juros desses ativos financeiros são calculados com base na aplicação do método da taxa efetiva de juros.

Ao valor justo por meio do resultado e designados ao valor justo no reconhecimento inicial: são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, sendo os respectivos custos de transação reconhecidos como despesa. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo desses ativos e passivos financeiros são apresentados na demonstração consolidada do resultado na rubrica “Resultado líquido de juros”, no período em que ocorrem.



III. Hierarquia de valor justo

Os instrumentos financeiros do Sicoob serão categorizados conforme hierarquia do valor justo, descritos a seguir:

Instrumentos Financeiros – Nível 1: O valor justo dos ativos financeiros é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço.

Instrumentos Financeiros – Nível 2: O valor justo dos ativos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Se todas as premissas relevantes utilizadas para determinar o valor justo desse ativo puderem ser observadas no mercado, esse estará incluído no nível 2.

Instrumentos Financeiros – Nível 3: Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o ativo estará incluído no nível 3.

IV. Baixa dos instrumentos financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa provenientes destes ativos cessam ou se houver uma transferência substancial dos riscos e benefícios de propriedade do instrumento e tal transferência se qualifica para baixa.

Passivos financeiros são baixados se a obrigação for extinta contratualmente ou liquidada.

3.5 Derivativos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

3.6 Método de Taxa Efetiva de Juros

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos e recebimentos futuros em caixa ao longo da vida esperada do ativo ou passivo financeiro (ou, se apropriado, um período inferior) até atingir-se o valor de registro do ativo ou passivo financeiro.

A taxa efetiva de juros é estabelecida quando do reconhecimento inicial do ativo ou passivo financeiro.

O cálculo da taxa efetiva de juros inclui os custos de transação identificados como elegíveis, como por exemplo:

- Receita com tarifas e taxas atreladas a concessão das operações;
- Despesa com empresas especializadas (análise documental, cobrança, serviços de vistorias e avaliações);
- Despesa com comissões e portabilidade de operações.

Os custos da transação são custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição, emissão ou alienação de um ativo ou passivo financeiro. Conforme requisitos determinados pela Resolução BCB nº 352/2023, a Cooperativa optou em utilizar a “metodologia diferenciada linear” para operações de crédito e com características de crédito.

O Sicoob, conforme estabelece a Resolução CMN n.º 4.966/2021, adotou de forma prospectiva a TJEO e passou a considerar os custos e receitas originados nas novas transações e que sejam qualificáveis para a aplicação da metodologia da taxa efetiva de juros para as novas operações, a partir de 1º de janeiro de 2025.



Desta forma, estes custos e receitas foram incorporados aos saldos contábeis brutos das transações e reconhecidos no resultado.

3.7 Suspensão dos Juros (stop accrual)

De acordo com a Resolução CMN n.º 4.966/2021, a suspensão de juros de um contrato deve ocorrer quando o ativo for marcado com problemas de recuperação (caracterização do ativo problemático – Estágio 3), diferentemente do que estabelecia a Resolução CMN n.º 2.682/1999, cujo parâmetro para suspensão dos juros era apenas para as operações que apresentassem atrasos superiores a 59 (cinquenta e nove dias).

Dentre os critérios para marcação de ativo problemático, inclui-se operações com atraso superior a 90 (noventa) dias.

Conforme diretrizes constantes no Comunicado BCB nº 42.403/2024, a Instituição adotou na carteira de crédito, o ajuste da posição de suspensão de juros (stop accrual) realizado nas operações em 31 de dezembro de 2024, mas que não atendam à condição de ativos problemáticos.

3.8 Provisão para Perdas

I. Visão Geral

A Cooperativa realiza a constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito pela Metodologia Completa, de acordo com os critérios da Resolução CMN nº 4.966/2021 e Resolução BCB nº 352/2023 para:

- Aplicações interfinanceiras de liquidez;
- Títulos e valores mobiliários;
- Operações de créditos;
- Outros ativos financeiros; e
- Exposições “off-balance” (que gerem risco de crédito).

II. Estágios

A Cooperativa aplica a abordagem de três estágios para mensurar a perda de crédito esperada, na qual os ativos financeiros migram de um estágio para outro de acordo com as mudanças no risco de crédito.

Estágio 1: refere-se aos instrumentos financeiros sem aumento significativo do risco de crédito em relação à data da originação do crédito. Para esses casos, a probabilidade de default considerada no modelo de perda estimada é calculada para os próximos 12 meses apenas.

Estágio 2: refere-se aos instrumentos financeiros com aumento significativo do risco de crédito, mas que ainda não entraram em recuperação de crédito (sem default). Para esses casos, a probabilidade de default considerada no modelo é estimada para todo o prazo contratual do instrumento financeiro (lifetime).

Estágio 3: refere-se a instrumentos financeiros em recuperação de crédito (em default). Para esses casos, para fins de reconhecimento de perdas é reconhecido o maior valor de perda entre:

A PE calculada com base nos dados observados estatísticos da Cooperativa; ou

O piso de Estágio 3 determinado pela Resolução BCB nº 352 de 2023 (anexo 1 da normativa – “Provisão para perdas incorridas aplicável aos ativos financeiros inadimplidos”).



III. Aumento significativo no risco de crédito

O conceito de risco de crédito da operação é baseado na probabilidade de default para sua vida toda. Originalmente quando a operação é concedida pela Cooperativa é registrada em estágio 1 e, posteriormente, a cada data base, a Instituição avalia se o ativo apresentou aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial.

Em caso positivo, esta operação deve passar a ser considerada em estágio 2, ou ainda se o ativo, além de apresentar aumento significativo no risco de crédito, demonstrar evidência objetiva de recuperação de crédito, será alocado em estágio 3. Por fim, se a operação, além de apresentar a evidência de recuperação de crédito, tiver estimativas insignificantes de recuperação, esta deve ser baixada para prejuízo.

As definições de aumento significativo e evidência de ativo problemático, são baseadas não apenas em aspectos qualitativos e prospectivos (projeções de modelos de probabilidade de default), mas também no atraso efetivo do ativo financeiro.

Os ativos que devem ser considerados como estágio 2 são aqueles com aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial, tendo como premissa refutável o atraso em 30 dias (limitado a 60 dias).

Em estágio 3 devem ser todos os contratos que têm evidência de problema de recuperação de crédito. Essencialmente, a marcação de ativo problemático é dada quando um contrato atinge atraso de pagamento da dívida acima de 90 dias em atraso, marcação de reestruturação ou quando o cliente possui características que evidencie dificuldade de pagamento como quando ele está em situação de recuperação judicial.

IV. Cálculo da perda esperada

O cálculo da perda esperada visa gerar a expectativa das perdas em crédito ao longo de um dado horizonte de tempo, e engloba a avaliação de três parâmetros:

Probabilidade de default – PD: A PD é a probabilidade futura de um ativo entrar em inadimplimento em uma janela de tempo determinada;

Perda dada ao default – LGD: A LGD é o percentual esperado de perda de um cliente dado o default. É um componente importante para a modelagem do risco de crédito da Cooperativa para que consiga através de modelos mensurar qual é a probabilidade esperada de perda dada a contratação/renovação de contratos e clientes, podendo estender análises específicas para os diferentes tipos de garantias, percentual de cobertura das garantias, entre outras informações do cliente.

Exposição ao default – EAD: É a exposição na data da inadimplência.

Adicionalmente, a Resolução CMN nº 4.966 de 2021, determina que todos os modelos tenham inclusão de variáveis preditivas de fatores macroeconômicos para proporcionar uma visão do risco à exposição dos fatores exógenos, preparar e antecipar as instituições na avaliação de impactos em eventos extremos (cenários sob estresses). Em outras palavras, as variáveis forward looking funcionam como uma calibragem dos modelos sob efeitos macroeconômicos ou política de crédito.



3.9 Ativos Financeiros com Problema de Recuperação de Crédito

O ativo financeiro é caracterizado como “Ativo Problemático” quando:

- Ocorrer atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento de principal e encargos;
- Se houver algum indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais;
- Todas as operações enquadradas como reestruturadas;

É considerado reestruturação uma renegociação que implique a concessão de vantagens à contraparte em decorrência da deterioração da sua qualidade creditícia ou da qualidade creditícia do interveniente ou do instrumento mitigador.

Quando um instrumento financeiro é caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito, as operações de uma mesma contraparte ou de contrapartes conectadas, são arrastados (na data-base do balancete relativo ao mês em que ocorreu a caracterização) para Estágio 3.

Poderá não ocorrer o efeito arrasto nas ocasiões em que a Instituição apresentar os seguintes critérios:

- Operações cujo gerenciamento do risco de crédito é realizado de forma massificada;
- Instrumento financeiro que, em virtude de sua natureza ou de sua finalidade, apresente risco de crédito significativamente inferior ao instrumento da mesma contraparte caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito.

A partir do momento da caracterização como ativo problemático, as receitas ainda não recebidas são suspensas, sendo apropriadas no resultado quando do seu efetivo recebimento.

Considera-se que o ativo financeiro deixará de ser classificado como problemático quando são observadas evidências de melhora na capacidade de pagamento da contraparte. Especificamente, considera-se que o ativo financeiro deixará de ser classificado como problemático após a realização de pagamentos consecutivos, sem atrasos, até que seja atingido um percentual mínimo do saldo devedor, conforme critérios internos definidos com base nas diretrizes da Resolução CMN nº 4.966/2021.

Essa reclassificação é condicionada à ausência de parcelas vencidas, ao cumprimento das obrigações contratuais e à evidência de que a obrigação será integralmente honrada nas condições originalmente pactuadas ou renegociadas, sem dependência da execução de garantias ou colaterais.

Os ativos financeiros são baixados do balanço patrimonial quando não há expectativa razoável de recuperação de seu valor, total ou parcial. Essa baixa decorre do reconhecimento de perdas esperadas associadas ao risco de crédito, conforme previsto no artigo 49 da Resolução CMN nº 4.966/2021.

A avaliação da necessidade de baixa considera evidências objetivas de perda, incluindo, mas não se limitando a: inadimplência prolongada ou ausência de perspectivas de recuperação após esgotadas as medidas de cobrança e recuperação, inclusive aquelas envolvendo garantias e colaterais.

A instituição adota integralmente os critérios estabelecidos no § 4º do artigo 3º da Resolução CMN nº 4.966/2021 para a reclassificação de ativos financeiros anteriormente identificados como com problema de recuperação de crédito.

Para que um ativo deixe de ser enquadrado nessa condição, devem ser atendidos, de forma cumulativa, os seguintes requisitos:

- Inexistência de parcelas vencidas, inclusive encargos;



- Manutenção de pagamentos pontuais do principal e encargos por período suficiente para evidenciar melhora significativa na capacidade financeira da contraparte;
- Cumprimento das demais obrigações contratuais pelo mesmo período;
- Existência de evidências de que a obrigação será integralmente honrada nas condições originalmente pactuadas ou renegociadas, sem a necessidade de execução de garantias ou colaterais.
- A aplicação desses critérios visa assegurar que a reclassificação reflita de forma fidedigna a real capacidade de recuperação do crédito pela instituição, em consonância com as melhores práticas.

3.10 Efeitos Tributários Cooperativas

Em decorrência da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021, para as Cooperativas não há efeitos tributários a serem registrados dado que a Lei 14.467/2022 não é aplicável.

Os critérios contábeis estabelecidos pela resolução foram aplicados de forma prospectiva e os efeitos dos ajustes decorrentes foram reconhecidos em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados em 1º de janeiro de 2025, líquidos dos respectivos efeitos tributários.

3.11 Operações de Crédito Cedidas

As cessões de crédito com retenção substancial de riscos e benefícios passam a ter os seus resultados reconhecidos pelo prazo remanescente das operações. Os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

3.12 Investimentos

Apresentam investimentos em coligadas, controladas ou controladas em conjunto sujeitas à autorização de funcionamento pelo Banco Central do Brasil, bem como em outras instituições, sendo avaliadas pelo método de equivalência patrimonial conforme Resolução CMN Nº 4.817/2020.

3.13 Imobilizado de Uso

Está composto por equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros. Esses bens são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada.

Nos termos da Resolução CMN nº 4.535/2016, as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas conforme a vida útil estimada dos bens, a saber:

- edificações – 4%;
- equipamentos de uso – 10%;
- veículos e processamento de dados – 20%.

3.14 Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.534/2016, as amortizações são calculadas pelo método linear, são amortizados a uma taxa anual de:

- intangíveis 20%.



3.15 Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações financeiras.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Cooperativa não apresentou ativos contingentes.

3.16 Outros Ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

3.17 Outros Passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

3.18 Provisões

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, e dos passivos contingentes são efetuados de acordo com a Resolução CMN 3.823/2009, que determina a observância do Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), por parte das Instituições Financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

As Provisões são reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar essa obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões para Demandas Judiciais são reconhecidas contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para a liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações financeiras, e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

As Obrigações Legais são aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou um outro instrumento fundamentado em lei, que a Cooperativa tem por diretriz.

3.19 Tributos

Em cumprimento ao artigo 87 da Lei nº 5.764/1971, os rendimentos auferidos através de serviços prestados a não associados são submetidos à tributação dos impostos que lhes cabem, sendo eles, a depender da natureza do serviço, Imposto de Renda (IRPJ), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

O IRPJ e a CSLL têm incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do artigo 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018), nas alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10%, para o IRPJ e 15% para a CSLL. Ambas as alíquotas incidem sobre o lucro líquido, após os devidos ajustes e compensações de prejuízos.



Ainda no âmbito federal, as cooperativas contribuem com o PIS à alíquota de 0,65% e COFINS à alíquota de 4%, incidentes sobre as receitas auferidas com não associados, após deduções legais previstas na legislação tributária.

As alíquotas dos impostos federais correspondem às regras fiscais determinadas pelo poder Legislativo para o Lucro Real, regime de tributação adotado pelas cooperativas do Sicoob.

O ISSQN é aplicado sobre as receitas auferidas com serviços específicos, sendo recolhido mediante a aplicação de alíquota definida pelo município sede do Ponto de Atendimento (PA) que tenha prestado o serviço à não associado.

O resultado apurado nas operações realizadas com associados não está sujeito à tributação, conforme o regime jurídico das sociedades cooperativas.

3.20 Segregação em Circulante e Não Circulante

No Balanço Patrimonial, os ativos e passivos são apresentados por ordem de liquidez. Em Notas Explicativas, os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses após a data-base do balanço estão classificados no curto prazo (circulante), e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante) apresentados por faixa de vencimento.

3.21 Valor Recuperável de Ativos – Impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo – exceto outros valores e bens – for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

3.22 Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Como definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrentes de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com a tendência de não se repetir no futuro.

3.23 Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2025.

3.24 Ativos não financeiros mantidos para venda – recebidos

São os bens de propriedade da Cooperativa não utilizados no desempenho da atividade social, tais como veículos, imóveis e intangíveis, de acordo com os termos da Resolução CMN nº 4.747/2019, recebidos para liquidação parcial ou total de operações de crédito de difícil ou duvidosa solução.



O método de mensuração e os procedimentos para ajuste anual do valor contábil são revistos no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.924/2021.

Para o reconhecimento dos ativos não financeiros mantidos para venda, considera-se a data de entrada desses ativos na Cooperativa. Assim, se o período em que os ativos não financeiros permanecem na Cooperativa ultrapassar um ano, eles são reclassificados para o grupamento contábil do ativo não circulante realizável a longo prazo.

3.25 Relações Interfinanceiras – Obrigações por Repasses Interfinanceiros

Compreendem os recursos captados com instituições parceiras, por intermédio da Cooperativa Central, destinados para repasses aos cooperados, estando atualizados pelos encargos contratados até a data do balanço.

3.26 Operações de Arrendamento – Arrendatário

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de arrendamentos estão de acordo com os critérios definidos pelo CPC 06 – Arrendamentos, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.975/2021.

A Cooperativa atua como arrendatária de imóveis. Os contratos de arrendamento são reconhecidos como passivos financeiros pelo valor presente dos pagamentos futuros, descontados pela taxa média de captação (taxa incremental). Em contrapartida, é registrado um ativo de direito de uso correspondente. As despesas financeiras relacionadas aos arrendamentos são apropriadas ao resultado.

Contratos com ativos de valor inferior a trinta mil novecentos e sessenta e um reais e cinquenta centavos (o parâmetro definido no IFRS 16 – Arrendamentos, com a referência de US\$ 5,000.00 (cinco mil dólares), multiplicado pelo valor do dólar PTAX na cotação de 31/12/2024) ou com prazo inferior a 12 (doze) meses – considerados de baixo valor ou curto prazo – não são tratados como arrendamentos, salvo quando houver expectativa de renovação. Nesses casos, os pagamentos são reconhecidos diretamente como despesa no resultado.

O prazo do arrendamento considera o período não cancelável do contrato, as expectativas de renovação ou rescisão e o tempo estimado de uso do ativo.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Cooperativa não apresentou operações de arrendamento.

4. Reconciliação de Saldos Patrimoniais Comparativos em 1º de janeiro de 2025

A Cooperativa optou pela isenção prevista pela Resolução CMN nº 4.966/2021 de não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas). As diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção da norma foram reconhecidas no patrimônio líquido dentro de sobras ou perdas acumuladas a partir de 1º de janeiro de 2025.

a) Reconciliação do patrimônio líquido na transição para Resolução CMN nº 4.966/2021.

DESCRIÇÃO	Valor Contábil
Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2024	178.081.498,09
Perda esperada de crédito para operações de crédito (1)	(14.181,39)
Patrimônio líquido conforme a Res. CMN 4.966/21 em 1 de janeiro de 2025	178.067.316,70

(1) Inclui garantias financeiras prestadas;



b) Estão apresentados a seguir, os saldos de reconciliação com os impactos introduzidos pela Resolução CMN nº 4.966/21:

Nomenclatura em 31/12/2024	Ativo Financeiro	Saldo em 31/12/2024	Remunerações/Reclassificações (1)	Saldo em 01/01/2025	Nova classificação de acordo com a Resolução CMN 4.966/21
Aplicação Interfinanceira de Liquidez	Aplicação Interfinanceira de Liquidez	1.786.330.468,68	-	1.641.666.741,08	Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes
	Aplicação Interfinanceira de Liquidez	-	-	144.663.727,60	Custo Amortizado
	Provisão para perdas esperadas	-	-	-	
Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos	Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos	898.968.573,57	-	626.346.521,85	Valor Justo por Meio do Resultado
	Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos	-	-	272.622.051,72	Custo Amortizado
	Provisão para perdas esperadas	-	-	-	
Operações de Crédito	Operações de Crédito	5.809.483,18	-	5.809.483,18	Custo Amortizado
	Provisão para Perdas Esperadas	(11.865,05)	(5.311,06)	(17.176,11)	Custo Amortizado
Outros Ativos Financeiros	Provisão para perdas esperadas	(8.391,31)	8.391,31	-	Custo Amortizado
	Outras Operações com Características de Concessão de Crédito	-	839.131,22	839.131,22	Custo Amortizado
	Provisão para perdas esperadas	-	(6.530,62)	(6.530,62)	Custo Amortizado
Outros Ativos Financeiros	Outros Ativos Financeiros	2.408.090,15	(839.131,22)	1.568.958,93	Custo Amortizado
Total Ativos Financeiros		2.693.496.359,22	(3.450,37)	2.693.492.908,85	

Nomenclatura em 31/12/2024	Ativo Financeiro	Saldo em 31/12/2024	Remunerações/Reclassificações (1)	Saldo em 01/01/2025	Nova classificação de acordo com a Resolução CMN 4.966/21
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros	Relações Interfinanceiras	2.617.622.727,66	-	2.617.622.727,66	Custo Amortizado
	Provisão para Perdas Esperadas com Garantias Financeiras Prestadas	-	10.731,02	10.731,02	Custo Amortizado
Total Passivos Financeiros		2.617.622.727,66	10.731,02	2.617.633.458,68	

(1) Referem-se às perdas de crédito esperadas e aos ajustes ao valor justo de ativos financeiros reclassificados entre as categorias de mensuração conforme os requerimentos da Resolução CMN nº 4.966/2021.



5. Caixa e Equivalente de Caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	Valor Contábil Bruto	Perda Esperada	Saldo Líquido
Disponibilidades	8.942,90	-	8.942,90
Títulos e Valores Mobiliários (a)	217.506.254,01	-	217.506.254,01
Saldo Caixa e Equivalente de Caixa	217.515.196,91	-	217.515.196,91

(a) Fundo de Liquidez administrado pelo Sicoob DTVM, independentemente do prazo de vencimento, com finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo.

6. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, Títulos e Valores Mobiliários e demais Ativos Financeiros

Os ativos financeiros são compostos pelos recursos provenientes aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários e demais ativos financeiros, sendo mensurados por categorias, conforme apresentados abaixo:

6.1 Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado

Abaixo, composição dos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:

Descrição	Valor Contábil	Perda Esperada	Saldo Líquido
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	102.285.455,86	-	102.285.455,86
Demais Aplicação em depósitos Interfinanceiros (a)	102.285.455,86	-	102.285.455,86
Títulos e Valores Mobiliários	312.331.955,61	-	312.331.955,61
Títulos Públicos Federais (b)	312.331.955,61	-	312.331.955,61

- (a) Referem-se às aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários - CDI no Banco Sicoob com remuneração média de 102,61% do CDI.
- (b) Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a Letras Financeiras do Tesouro, média de remuneração de 100% da SELIC.

6.2 Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado

Abaixo, composição dos ativos financeiros mensurados ao valor justo em outros resultados abrangentes:

Descrição	Valor contábil	Ajuste a Valor Justo	Perda Esperada	Valor Justo
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	565.087.551,36	-	-	565.087.551,36
Aplicações em Operações Compromissadas (a)	20.764.548,97	-	-	20.764.548,97
Demais Aplicação em depósitos Interfinanceiros (a)	535.163.072,88	-	-	535.163.072,88

- (a) Referem-se às aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários - CDI no Banco Sicoob com remuneração média de 102,61% do CDI.



6.3 Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado

Abaixo, composição dos ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:

Descrição	Valor Contábil	Perda Esperada	Saldo Líquido
Títulos e Valores Mobiliários	565.087.551,36	-	565.087.551,36
Títulos por PR de Instituições autorizadas a Funcionar Bacen – LFSC (a)	20.764.548,97	-	20.764.548,97
Cotas de Fundo de Investimentos (b)	535.163.072,88	-	535.163.072,88
Participação em Cooperativas, Exceto Cooperativa Central de Crédito (c)	9.147.429,51	-	9.147.429,51
Outras Participações (c)	12.500,00	-	12.500,00

Os ativos financeiros demonstrados na tabela acima, estão classificados a valor justo por meio do resultado em decorrência de falharem no teste de SPPJ.

- Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em letras financeiras de instituições privadas, pós fixados, custodiadas pelo Banco Sicoob.
- Referem-se a cotas de fundos de investimento de instituições privadas, e custodiadas pelo Banco Sicoob.
- Referem-se a saldos de participações de cooperativas em entidades avaliadas pelo custo de aquisição que compõe o saldo do grupo de Títulos e Valores Mobiliários (TVM), conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.817/2020 e na Instrução Normativa BCB nº 269 de 01/04/2022.

Na Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC a apresentação das variações desses ativos foi mantida no fluxo das “Atividades de Investimento”, tendo em vista que a reclassificação realizada pelo Banco central do Brasil não alterou a essência dessas participações, que permanecem sendo ativos de longo prazo conforme item 16.a do CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

6.4 Composição dos Ativos Financeiros por Faixa de Vencimento

a) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez:

Descrição	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Títulos Públicos Federais – No País	-	428.915.111,54	-	428.915.111,54
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	17.167.338,04	702.799.858,11	129.277.765,26	849.244.961,41
TOTAL	17.167.338,04	1.131.714.969,65	129.277.765,26	1.278.160.072,95

b) Títulos e Valores Mobiliários:

Descrição	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Títulos Públicos Federais – No País	-	-	312.152.441,41	312.152.441,41
Títulos por PR de Inst. autorizadas a Funcionar Bacen – LFSC	-	-	20.764.548,97	20.764.548,97
Cotas de Fundo de Investimento	217.506.254,01	-	317.656.818,87	535.163.072,88
Participações de Cooperativas	-	-	9.159.929,51	9.159.929,51
Títulos Públicos Federais – Títulos Dados em Garantia – Outros	-	-	179.514,20	179.514,20
TOTAL	217.506.254,01	-	659.913.252,96	877.419.506,97



6.5 Resumo da Carteira Consolidada por Categoria de Mensuração

Descrição	Valor Contábil	Perda Esperada	Saldo Líquido
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	414.617.411,47	-	414.617.411,47
Ativos Financeiros Mensurados ao VJORA	1.175.874.617,09	-	1.175.874.617,09
Ativos Financeiros Mensurados ao VJR	565.087.551,36	-	565.087.551,36

6.6 Resultado de Operações com Ativos Financeiros

a) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários:

Descrição	Valor Contábil
Rendas de Títulos de Renda Fixa	43.061.859,87
Rendas de Aplicações em Fundos de Investimento	72.325.550,48
(-) Prejuízos com Títulos de Renda Fixa	(203.363,60)
TOTAL	115.184.046,75

b) Resultado das Aplicações Interfinanceiras de Liquidez:

Descrição	Valor Contábil
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	223.059.491,01
TOTAL	223.059.491,01

6.7 Resultado de Operações com Ativos Financeiros

Abaixo a composição dos estágios das Aplicações Interfinanceira de Liquidez e Títulos e Valores Mobiliários:

Descrição	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3
Aplicações Interfinanceira de Liquidez	1.278.160.072,95	-	-
Títulos Públicos e Federais	312.331.955,61	-	-
Títulos Privados de Instituições Financeiras	20.764.548,97	-	-
TOTAL	1.611.256.577,53	-	-

7. Operações de Carteira de Crédito e Outras Operações com Características de Concessão de Crédito

Abaixo, a composição da carteira de crédito e outras operações com características de concessão de crédito mensurados ao custo amortizado:



Descrição	Valor Contábil	Perda Esperada	Saldo Líquido
Operações de Crédito – Custo Amortizado			
Empréstimos	30.052.127,59	(151.211,79)	29.900.915,80
Total – Operações de Crédito	30.052.127,59	(151.211,79)	29.900.915,80
Outras Operações com Características de Concessão de Crédito – Custo Amortizados			
Ativos não Financeiros – Concessão de Crédito	687.519,05	(901,75)	686.617,30
Total – Outras Operações com Características de Concessão de Crédito	687.519,05	(901,75)	686.617,30
Total	30.739.646,64	(152.113,54)	30.587.533,10
Garantias Financeiras Prestadas			
Garantias Financeiras Prestadas	2.377.117,63	(9.964,52)	2.367.153,11
Total – Garantias Financeiras Prestadas	2.377.117,63	(9.964,52)	2.367.153,11
TOTAL	33.116.764,27	(162.078,06)	32.954.686,21

7.1 Composição da Carteira de Crédito por Tipo de Produto, Cliente e Atividade Econômica

Descrição	Empréstimos	31/12/2025	% da Carteira
Cooperativas Filiadas	30.052.127,59	30.052.127,59	100,00%
TOTAL	30.052.127,59	30.052.127,59	100,00%

7.2 Resultado de Operações de Crédito

Descrição	% da Carteira
Rendas de Empréstimos	2.525.324,73
Rendas de Crédito por Venda a Prazo de Ativos não Financeiros	100.854,61
TOTAL	2.626.179,34

7.3 Classificação por Estágios

As operações de crédito, Outras Operações com Características de Concessão de Crédito e Garantias Prestadas estão compostas nos estágios abaixo:

Descrição	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Empréstimos	30.052.127,59	-	-	30.052.127,59
Garantias Financeiras Prestadas	2.377.117,63	-	-	2.377.117,63
Outras Operações com Característica de Concessão de Crédito	687.519,05	-	-	687.519,05
TOTAL	33.116.764,27	-	-	33.116.764,27



7.4 Concentração das Operações por Modalidade, Maiores Devedores e Faixas de Vencimento

a) Composição das operações por faixa de vencimento:

Descrição	A vencer até 90 dias	A vencer até 91 a 360 dias	A vencer acima 360 dias	Vencido a partir de 15 dias	Total
Empréstimos	10.052.127,57	20.000.000,02	-	-	30.052.127,59
Garantias Financeiras Prestadas	-	2.377.117,63	-	-	2.377.117,63
Outras Operações com Característica de Concessão de Crédito	44.250,91	113.517,45	529.750,69	-	687.519,05
Total	10.096.378,48	22.490.635,10	529.750,69	-	33.116.764,27

7.5 Movimentação em Estágios das Operação da Carteira Bruta

A reconciliação da carteira bruta das operações de crédito segregadas por estágios, estão assim compostas:

Descrição	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo Inicial	9.025.732,03	-	-	9.025.732,03
(-) Transferido para Estágio 1	-	-	-	-
(-) Transferido para Estágio 2	-	-	-	-
(-) Transferido para Estágio 3	-	-	-	-
(+) Transferido do Estágio 1	-	-	-	-
(+) Transferido do Estágio 2	-	-	-	-
(+) Transferido do Estágio 3	-	-	-	-
(+) Aquisição	30.052.127,59	-	-	30.052.127,59
(+) Apropriação de Juros	-	-	-	-
(-) Liquidação	(5.809.483,18)	-	-	(5.809.483,18)
(-) Liquidação Parcial	(151.612,17)	-	-	(151.612,17)
(-) Baixa para prejuízo	-	-	-	-
Saldo Final	33.116.764,27	-	-	33.116.764,27

7.6 Consolidação dos Estágios das Operações Carteira Bruta

Saldo Inicial	9.025.732,03
(+) Aquisição	30.052.127,59
(+) Aquisição de Juros	-
(-) Liquidação	(5.809.483,18)
(-) Liquidação Parcial	(151.612,17)
(-) Baixa para Prejuízo	-
Saldo Final	33.116.764,27



8. Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

Abaixo a composição dos estágios das Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito e para Garantias Financeiras Prestadas:

Descrição	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Empréstimos	151.211,79	-	-	151.211,79
Garantias Financeiras Prestadas (a)	9.964,52	-	-	9.964,52
Outras Operações com Característica de Concessão de Crédito	901,75	-	-	901,75
TOTAL	162.078,06	-	-	162.078,06

(a) As garantias financeiras prestadas estão registradas no passivo, pois representam obrigações da Cooperativa, enquanto as demais provisões estão registradas no ativo.

8.1 Movimentação em Estágios das Provisões

As provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito tiveram as seguintes movimentações em 31 de dezembro de 2025:

Descrição	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Provisão Inicial	34.437,75	-	-	34.437,75
(-) Transferido para Estágio 1	-	-	-	-
(-) Transferido para Estágio 2	-	-	-	-
(-) Transferido para Estágio 3	-	-	-	-
(+) Transferido do Estágio 1	-	-	-	-
(+) Transferido do Estágio 2	-	-	-	-
(+) Transferido do Estágio 3	-	-	-	-
(+) Constituição Novas Operações	151.211,79	-	-	151.211,79
(+) Constituição Aumento de Provisão	-	-	-	-
(-) Reversão Total	(17.176,11)	-	-	(17.176,11)
(-) Reversão Parcial	(6.395,37)	-	-	(6.395,37)
(-) Baixa para prejuízo (Provisão)	-	-	-	-
Provisão Final	162.078,06	-	-	162.078,06

8.2 Movimentação em Estágios das Provisões

Provisão Inicial	34.437,75
(+) Constituição Novas Operações	151.211,79
(+) Constituição Aumento de Provisão	0,00
(-) Reversão Total	(17.176,11)
(-) Reversão Parcial	(6.395,37)
(-) Baixa para prejuízo (Provisão)	-
Provisão Final	162.078,06



8.3 Despesa com Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

Descrição	31/12/2025
Reversões de Provisões para Operações de Crédito	229.407,77
Reversões de Provisões para Outras Operações com Características de Concessão de Crédito	5.698,83
Provisões para Operações de Crédito	(363.443,45)
Provisões para Outras Operações com Características de Concessão de Crédito	(69,96)
TOTAL	(128.406,81)

9. Outros Ativos Financeiros

Os outros ativos financeiros, compostos por valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, estão assim compostos:

Descrição	Circulante	Não Circulante	Total
Rendas a Receber	0,20	-	0,20
Devedores por Depósitos em Garantia (Nota 9.1)	-	1.733.657,37	1.733.657,37
TOTAL	0,20	1.733.657,37	1.733.657,57

9.1 Devedores por Depósitos em Garantia

Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados os depósitos judiciais para:

Descrição	Circulante	Não Circulante	Total
PIS Folha - Depósito Judicial	-	7.797,68	7.797,68
CSLL - Depósito Judicial	-	1.667.266,48	1.667.266,48
Depósitos em Garantia - Caução	-	48.568,60	48.568,60
Outros Devedores por Depósito em Garantia	-	10.024,61	10.024,61
TOTAL	-	1.733.657,37	1.733.657,37

10. Ativos Fiscais, Correntes e Diferidos

Os ativos fiscais, correntes e diferidos estão assim compostos:

Descrição	Circulante	Não Circulante	Total
IRPJ não compensado no próprio exercício	-	2.186.251,55	2.186.251,55
CSLL não compensado no próprio exercício	-	291.867,20	291.867,20
ISS - imposto s/serviços - a compensar	-	1.591,62	1.591,62
PIS - a compensar	-	754,75	754,75
IR retidos - a compensar	-	2.567,33	2.567,33
Valores a restituir - PERDCOMP	-	638,45	638,45
Outros Impostos e Contribuições a Compensar	-	3.483,46	3.483,46
TOTAL	-	2.487.154,36	2.487.154,36



11. Outros Ativos

Os outros ativos estão assim compostos:

Descrição	Circulante	Não Circulante	Total
Adiantamentos e Antecipações Salariais	57.970,43	-	57.970,43
Adiantamentos para Pagamentos de nossa Conta	151.291,18	-	151.291,18
Devedores Diversos – País (Nota 11.1)	1.416.332,40	-	1.416.332,40
Ativos não Finan. Mantidos para Venda – Próprios (Nota 11.2)	179.800,00	-	179.800,00
Despesas Antecipadas (Nota 11.3)	310.205,57	-	310.205,57
TOTAL	2.115.599,58	-	2.115.599,58

11.1 Devedores Diversos

Em Devedores Diversos estão registrados:

Descrição	Circulante	Não Circulante	Total
Pendências a Regularizar	1.687,89	-	1.687,89
Estoque de Pontos	23.452,57	-	23.452,57
Cooperativas Filiadas (a)	1.391.191,94	-	1.391.191,94
TOTAL	1.416.332,40	-	1.416.332,40

11.2 Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda

No grupo de Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda – Próprios, está registrado o veículo que foi sorteado na Campanha Consórcio Premiado Sicoob, realizada em 12/2025, para associado das cooperativas singulares do Sicoob UniMais Rio.

Veículo transferido para o ganhador em fevereiro de 2026.

11.3 Despesa Antecipadas

Em Despesa Antecipadas estão registrados:

Descrição	Circulante	Não Circulante	Total
Prêmios de Seguros	8.245,21	-	8.245,21
Processamento de Dados	125.798,91	-	125.798,91
Vale Refeição e Alimentação	93.762,73	-	93.762,73
Software	82.398,72	-	82.398,72
TOTAL	310.205,57	-	310.205,57



12. Investimentos

Os investimentos estão assim compostos:

Descrição	Circulante	Não Circulante	Total
Participações em Coligadas, Controladas e Controladas em Conjunto no País (a)	162.261.447,86	-	162.261.447,86
TOTAL	162.261.447,86	-	162.261.447,86

- (a) Em atendimento a Resolução CMN nº 4.817/2020 e Instrução Normativa BCB nº 269/2022, são mantidos no Igrupo de investimentos somente as participações de cooperativas em entidades que sejam coligadas, controladas ou controladas em conjunto avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, sendo as demais participações classificadas no grupo de Títulos e Valores Mobiliários.

12.1 Movimentação dos Investimentos

O quadro abaixo apresenta as informações de movimentação dos investimentos, nos períodos de 31 de dezembro de 2025:

Descrição	Banco Sicoob
Saldo em 01 de janeiro de 2025	120.661.691,71
Aumento de Capital	46.170.220,77
Equivalência Patrimonial	12.463.061,11
Dividendos Recebidos	(16.313.691,67)
Ajuste a Valor de Mercado Reflexo	(719.834,06)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	162.261.447,86

13. Imobilizado de Uso

Os montantes do imobilizado de uso estão assim compostos:

Descrição	Taxa de Depreciação	Custo	Depreciação Acumulada	Saldo Líquido
Imobilizado em Curso (a)		1.308.981,15	-	1.308.981,15
Terrenos		177.853,43	-	177.853,43
Edificações	4%	3.958.272,95	(1.438.172,25)	2.520.100,70
Instalações	10%	2.248.778,73	(1.910.958,54)	337.820,19
Móveis e equipamentos de Uso	10% - 20%	2.925.264,57	(2.183.403,60)	741.860,97
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		965.224,80	(846.650,43)	118.574,37
Subtotal		11.584.375,63	(6.379.184,82)	5.205.190,81

- (a) As imobilizações em curso referem-se a reforma do PA de RIO DE JANEIRO/RJ. Esses valores serão alocados em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarão a ser depreciados.



Tomando por base as determinações do pronunciamento técnico CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Administração efetua análise de recuperabilidade dos seus ativos no encerramento do exercício. Não foram identificados no exercício de 2025 eventos ou alterações em circunstâncias que indicassem que o valor contábil desses ativos pudesse não ser recuperável.

14. Intangível

Os montantes do intangível estão assim compostos:

Descrição	Taxa de Amortização	Custo	Amortização Acumulada	Saldo Líquido
Sistemas de Processamento de Dados	20%	184.145,80	(111.248,66)	72.897,14
Marcas		609,00	-	609,00
Licenças e Direitos Autorais e de Uso		49.722,50	(49.722,50)	-
Total Intangível e Ágio		234.477,30	(160.971,16)	73.506,14

15. Relações Interfinanceiras

São demonstrados pelo valor principal acrescido de encargos financeiros, e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades inclusive Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

15.1 Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira – Cooperativas

Descrição	Circulante	Não Circulante	Total
Centralização Financeira – Cooperativas	2.121.454.040,77	-	2.121.454.040,77
TOTAL	2.121.454.040,77	-	2.121.454.040,77

A centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remuneradas de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média parcial de 31/12/2025, equivalem a inserção manual de 101,31% do CDI.

15.2 Concentração dos Principais Depositantes

Descrição	31/12/2025	% Carteira Total
Maior Depositante	355.631.002,97	16,76%
10 Maiores Depositantes	2.046.261.627,70	96,46%
12 Maiores Depositantes	2.121.454.040,77	100,00%

16. Outros Passivos

Os recursos de terceiros que estão com a Cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem.

Descrição	Circulante	Não Circulante	Total
Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas (Nota 16.1)	1.129.789,72	-	1.129.789,72
Outras Obrigações (Nota 16.3)	3.436.489,37	-	3.436.489,37
TOTAL	4.566.279,09	-	4.566.279,09



16.1 Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas

Os saldos de Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas estão assim compostos:

Descrição	Circulante	Não Circulante	Total
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	23.497,31	-	23.497,31
Impostos e Contribuições sobre Salários	553.457,36	-	553.457,36
Outros (Nota 16.2)	552.835,05	-	552.835,05
TOTAL	1.129.789,72	-	1.129.789,72

16.2 Composição dos Saldos de Outras Obrigações Fiscais

A seguir, a composição dos saldos de outras obrigações fiscais, correntes e diferidas:

Descrição	Circulante	Não Circulante	Total
ISSQN a Recolher	3.856,04	-	3.856,04
PIS Faturamento a Recolher	76.739,00	-	76.739,00
COFINS a Recolher	472.240,01	-	472.240,01
TOTAL	552.835,05	-	552.835,05

16.3 Outras Obrigações

Os saldos de outras obrigações estão assim compostos:

Descrição	Circulante	Não Circulante	Total
Sociais e Estatutárias (Nota 16.4)	134.817,95	-	134.817,95
Credores Diversos – País (Nota 16.5)	3.279.136,99	-	3.279.136,99
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos – Fornecedores	22.534,43	-	22.534,43
TOTAL	3.436.489,37	-	3.436.489,37

16.4 Passivos Sociais e Estatutárias

A seguir, a composição dos saldos de passivos sociais e estatutárias, e os respectivos detalhamentos:

Descrição	Circulante	Não Circulante	Total
Gratificações a Dirigentes	47.396,46	-	47.396,46
FATES – Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a)	87.421,49	-	87.421,49
TOTAL	134.817,95	-	134.817,95

- (a) O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos Associados, seus familiares e empregados da Cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e percentual das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue a determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para as quais se destina, ao final do exercício, há a reversão dos dispêndios de FATES para a conta de Sobras ou Perdas Acumuladas, conforme a Lei nº 5.764/1971.



16.5 Credores Diversos

Os saldos em Credores Diversos – País referem-se:

Descrição	Circulante	Não Circulante	Total
Crédito de Filiadas (a.1)	1.968.120,12	-	1.968.120,12
Desconto Folha Pgto. – Crédito Consignado	20.114,15	-	20.114,15
Outros Credores Diversos – País (a.2)	1.290.902,72	-	1.290.902,72
TOTAL	3.279.136,99	-	3.279.136,99

- (a.1) Em Crédito de Filiadas o valor refere-se ao fundo de contribuição da Reserva Técnica de Marketing das Cooperativas.
- (a.2) O saldo é relativo as contribuições mensais das cooperativas filiadas para custear as ações de divulgações e promoção do Instituto Sicoob, conforme Política da Reserva Técnica do Investimento Social, aprovada pelo Conselho de Administração da Central em 22/05/2023.

17. Provisões

Descrição	Circulante	Não Circulante	Total
Provisões e outras Obrigações com Instrumentos Financeiros (Nota 17.1)	13.347,98	-	13.347,98
Provisão para Pagamento a Efetuar (Nota 17.2)	1.649.675,78	-	1.649.675,78
TOTAL	1.663.023,76	-	1.663.023,76

17.1 Provisões e Outras Obrigações com Instrumentos Financeiros

Em provisões e outras obrigações com instrumentos financeiros estão registrados:

Descrição	Circulante	Não Circulante	Total
Garantias Financeiras Prestadas (a)	13.347,98	-	13.347,98
Total	13.347,98	-	13.347,98

- (a) Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela Cooperativa, conforme determina a Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos Associados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 4.966/2021. Em 31 de dezembro de 2025, a Cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais:

Descrição	31/12/2025
Outras Fianças Bancárias	2.377.117,63
TOTAL	2.377.117,63



17.2 Provisão para Pagamentos a Efetuar

As Provisão para Pagamentos a Efetuar estão registradas da seguinte forma:

Descrição	Circulante	Não Circulante	Total
Despesas de Pessoal	1.554.315,61	-	1.554.315,61
Seguro	4.072,19	-	4.072,19
Compensação	350,51	-	350,51
Aluguéis	48.956,71	-	48.956,71
Outras Provisão para Pagamentos a Efetuar	41.980,76	-	41.980,76
TOTAL	1.649.675,78	-	1.649.675,78

17.3 Provisão para Contingências

Para fazer face às eventuais perdas que possam advir de questões judiciais e administrativas, a Cooperativa, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de seus assessores jurídicos, mantém como provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis, classificadas como de risco de perda provável, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável.

Segundo a assessoria jurídica do SICOOB CENTRAL UNIMAIS RIO, existem processos judiciais nos quais a Cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 1.886.228,95. Essas ações abrangem, basicamente, processos trabalhistas ou cíveis.

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os prazos ou os valores esperados de saída.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Cooperativa não apresentou provisão para contingências passivo.

18. Patrimônio Líquido

18.1 Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 (cada) e integralizado por seus Associados. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2025
Capital Social	229.073.917,20
Associados	12

18.2 Fundo de Reserva Legal

Representado pelas destinações das sobras definidas em Estatuto Social, utilizado para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

18.3 Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do CMN, por meio da



Resolução nº 4.872/2020, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade e utilizado em despesas para as quais se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Na Assembleia Geral Ordinária, realizada em 28 de abril de 2025 em conformidade com o artigo 132 da Lei nº 6.404/1976, os cooperados deliberaram pela destinação das sobras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 da seguinte forma:

- 54% para FATES, no valor de R\$695.891,26;
- 46% para Conta Corrente, no valor de R\$599.856,00.

18.4 Destinações Estatutárias e Legais

A seguir, apresentamos as destinações estatutárias e legais, bem como as sobras ou perdas à disposição da Assembleia Geral.

Em atendimento à Resolução CMN nº 4.966/2021, a cooperativa reconheceu, na adoção inicial, um ajuste de transição no Patrimônio Líquido, correspondente à reclassificação e mensuração de instrumentos financeiros e provisões para perdas esperadas. Esse ajuste, embora contabilmente registrado em sobras ou perdas acumuladas, foi evidenciado nesta nota para fins de transparência na apuração da sobra líquida base de cálculo das destinações estatutárias, conforme quadro a seguir:

Descrição	Valores
Sobras do Exercício em 31/12/2025 Antes dos Juros ao Capital	27.286.481,96
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio	(26.785.651,69)
Sobras do Exercício em 31/12/2025 antes do Ajuste da Res. CMN nº 4.966/2021	500.830,27
Efeito do ajuste de Transição da Resolução CMN nº 4.966/2021 (Nota 4)	(14.181,39)
Reversão da Reserva/Fundo para Absorção do Ajuste da Res. CMN nº 4.966/2021 (a)	-
Sobras Líquidas do Exercício em 31/12/2025 após o Ajuste da Res. CMN nº 4.966/2021	486.648,88
Reversão devido utilização do FATES – CCI 797/2020 – ANC	227.014,71
Reversão devido utilização do FATES – CCI 797/2020 – AC	1.034.766,12
Sobras líquidas, base de cálculo das destinações	1.748.429,71
Destinação para o Fundo de Reserva (10%) (b)	(174.842,97)
Destinação para o FATES – atos cooperativos (5%) (c)	(87.421,49)
Sobras à disposição da Assembleia Geral	1.486.165,25

- A Cooperativa não constituiu reserva para absorção do impacto da Resolução CMN nº 4.966/2021, sendo o montante incorporado às sobras do período.
- 10% para o Fundo de Reserva, apurado sobre as sobras líquidas da provisão dos Juros sobre o Capital Próprio e do FATES de Ato Não Cooperativo (quando positivo), e é destinado a reparar perdas e a atender ao desenvolvimento das atividades da cooperativa. A AGO poderá determinar destinação de recurso adicional ao Fundo de Reserva, além das destinações previstas no Estatuto Social.
- 5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES), apuradas sobre as sobras líquidas da provisão dos Juros sobre o Capital Próprio e do FATES Ato Não Cooperativo, e é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos associados, seus familiares e, quando previsto no estatuto social, aos empregados da Cooperativa.

A reversão dos dispêndios de FATES e Fundos Voluntários passou a ocorrer apenas no encerramento anual, de acordo com a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2004 – Entidade Cooperativa e a revogação do texto original da NBC T 10.8.2.8.



18.5 Juros ao Capital Próprio

A Cooperativa remunerou os juros ao capital próprio ao associado, no percentual de 100% da taxa Selic para o exercício de 31/12/2025, no montante de R\$ 26.785.651,69. Os critérios para a remuneração obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009, e seu registro foi realizado conforme Resolução CMN nº 4.872/2020, limitado a 100% da taxa referencial Selic.

18.6 Outros Resultados Abrangentes

Outros resultados abrangentes referem-se a receitas e despesas reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, conforme regulamentação em vigor.

No período de 31 de dezembro de 2025, o SICOOB UNIMAIS RIO realizou a avaliação e ajuste de investimentos em participações no Banco Sicoob, (listar as demais participações avaliadas pelo MEP) pelo MEP, e registrou como outros resultados abrangentes as alterações decorrentes de valores reconhecidos diretamente no patrimônio líquido dessa entidade, sem efeitos sobre o resultado.

19. Resultado de Atos Não Cooperativos

São classificados como ato não cooperativo os rendimentos e/ou dispêndios decorrentes de operações realizadas com não associados, sobre os quais há incidência de tributos federais e municipais. Os valores são registrados em separado e o resultado líquido auferido dessas operações, se positivo, é integralmente destinado ao FATES, conforme determina o artigo 87 da Lei nº 5.764/1971.

O resultado de atos não cooperativos possui a seguinte composição:

Descrição	31/12/2025
Receita de Prestação de Serviços	12.847.088,37
Despesas Específicas de Atos Não Cooperativos	(704.466,56)
Despesas Apropriadas na Proporção das Receitas de Atos Não Cooperativos	(908.471,67)
Resultado Operacional	11.234.150,14
Receitas (despesas) Não Operacionais, Líquidas	(2.233,06)
Lucro Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	11.231.917,08
Deduções de Receitas com Associados – Res. Sicoob 129/16 e 145/16; CCI1.762/25 (a.1 e a.2)	(11.721.862,95)
Resultado de Atos Não Cooperativos (perda líquida)	(489.945,87)

- (a.1) Saldo composto por rendas de comissionamento auferidas na comercialização pela cooperativa de produtos de terceiros aos seus associados (consórcios, seguros e maquininhas de cartões – SIPAG). Tais rendas compõe a base de tributação, por questões específicas à legislação tributária, contudo, por se originarem do relacionamento com os associados da cooperativa, não são destinadas ao Fates de Resultados com Não associados.
- (a.2) Saldo composto pela receita de juros sobre o capital próprio recebida do Banco Sicoob, a qual integra a base de tributação em razão de disposições específicas da legislação tributária. Contudo, por não corresponder à prestação de serviços ou à entrega de produtos a terceiros, nos termos do art. 87 da Lei nº 5.764/1971, tal receita não se destina ao Fates de Resultados com Não Associados.

20. Despesas da Intermediação Financeira

Descrição	31/12/2025
Dispêndios de Depósitos Intercooperativos	(331.944.851,15)
TOTAL	(331.944.851,15)



21. Receitas de Prestação de Serviços

Descrição	31/12/2025
Rendas de Garantias Prestadas	4.575,41
Rendas de Convênios	3,40
Rendas de Comissão de Outros Serviços	182.296,89
Rendas de Outros Serviços	2.081,74
Rendas de Comissão de Seguros	524.871,79
Rendas com Outras Comissões Comerciais e sobre Serviços	317.198,73
TOTAL	1.031.027,96

22. Despesas de Pessoal

Descrição	31/12/2025
Despesas de Honorários – Conselho Fiscal	(26.250,00)
Despesas de Honorários – Diretoria e Conselho de Administração	(2.843.899,00)
Despesas de Pessoal – Benefícios	(3.964.749,27)
Despesas de Pessoal – Encargos Sociais	(2.802.582,52)
Despesas de Pessoal – Proventos	(7.437.575,64)
Despesas de Pessoal – Treinamento	(62.823,14)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(64.499,09)
TOTAL	(17.202.378,66)

23. Outras Despesas Administrativas

Descrição	31/12/2025
Despesas de Água, Energia e Gás	(162.755,19)
Despesas de Aluguéis	(992.428,75)
Despesas de Comunicações	(165.437,44)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(286.643,20)
Despesas de Material	(32.728,37)
Despesas de Processamento de Dados	(1.525.956,23)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(177.129,23)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(1.072.092,22)
Despesas de Seguros	(51.498,88)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(295.568,90)
Despesas de Serviços de Terceiros	(46.828,33)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(150.539,25)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(636.121,02)
Despesas de Transporte	(6.857,91)
Despesas de Viagem no País	(441.289,65)
Despesas de Amortização	(20.359,23)
Despesas de Depreciação	(851.235,85)
Outras Despesas Administrativas (Nota 23.1)	(2.709.991,74)
TOTAL	(9.625.461,39)



23.1 Outras Despesas Administrativas

Os saldos das outras despesas administrativas estão compostos:

Descrição	31/12/2025
Condomínio	(134.730,38)
Contribuição Sindical Patronal	(88.279,13)
Emolumentos Judiciais e Cartorários	(762,88)
Copa/Cozinha	(5.966,65)
Lanches e Refeições	(57.096,11)
Taxas da Junta Comercial	(2.400,00)
Multas por Rescisão Contratual	(28.773,67)
Sistema Cooperativista	(4.833,35)
Rateio de Despesa ADM do Sicoob – Confederação	(2.172.995,02)
Contribuição Confederativa	(42.000,00)
Disp. Centro de Serv. Compartilhado – CCS	(171.199,79)
Outras Despesas Indedutíveis	(416,00)
Outras Despesas Administrativas	(538,76)
TOTAL	(2.709.991,74)

24. Despesas Tributárias

Descrição	31/12/2025
Despesas Tributárias	(144.162,91)
Disp. Impostos s/ Serviços – ISS	(117.293,69)
Despesas de Contribuição ao COFINS	(504.737,09)
Despesas de Contribuição ao PIS/PASEP	(147.454,69)
TOTAL	(913.648,38)

25. Outras Despesas Operacionais

Descrição	31/12/2025
Dispêndios de Assistência Técnica, Educacional e Social	(1.274.366,08)
Outras Despesas e Dispêndios Operacionais	(105.429,05)
TOTAL	(1.379.795,13)



26. Outras Receitas Operacionais

Descrição	31/12/2025
Recuperação de Encargos e Despesas	2.665.546,97
Outras – Reversão de Provisões Operacionais	118.232,65
Dividendos	538,56
Atualização Depósitos Judiciais	205.679,84
Juros ao Capital Recebido do Banco Sicoob	11.721.862,95
Rateio de Despesas da Central entre Filiadas	19.147.163,26
Outras Rendas Operacionais	3.249.657,66
TOTAL	34.118.683,87

27. Resultado Não Recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme a definição da Resolução BCB nº 2/2020, alterada pela Resolução BCB nº 367/2024, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultados não recorrentes no período de 31/12/2025.

28. Partes Relacionadas

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições, estabelecidas em regulamentação específica. Caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com a observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

28.1 Remuneração do Pessoal Chave da Administração

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025, os montantes de remuneração e benefícios concedidos ao pessoal chave da administração, conforme deliberado em AGO em cumprimento à Lei 5.764/1971 artigo 44 e artigo 5 da Lei Complementar nº 130/2009, foram:

Descrição	31/12/2025
Honorários – Diretoria e Conselho de Administração	(2.450.527,55)
Encargos sociais	(565.088,76)
Benefícios	(393.371,45)
TOTAL	(3.408.987,76)

28.2 Operações com Entidades Relacionadas

As operações do SICOOB UNIMAIIS RIO são substancialmente realizadas com partes relacionadas, como Cooperativas Filiadas, Banco Sicoob, Sicoob Confederação e demais entidades relacionadas.

28.3 Cooperativas Singulares Filiadas

A Central é composta por 12 Cooperativas Singulares filiadas, que são instituições financeiras resultantes da união de pessoas que buscam a melhor maneira de atendimento às suas necessidades financeiras e aos cooperados. Dessa forma, tornam-se ao mesmo tempo, usuários dos produtos e serviços do SICOOB UNIMAIIS RIO e seus donos.



Transações	Ativo/ (Passivo/PL)	Receitas / Despesas
Ativo		
Operações de Créditos (Notas 7 e 7.2)	29.900.915,80	2.525.324,73
Passivo		
Centralização Financeira (Notas 15.1 e 20)	2.121.454.040,77	(331.944.851,15)
Crédito de Filiadas (Nota 16.5)	1.968.120,12	
Patrimônio Líquido		
Capital Social (Nota 18.1)	229.073.917,20	

28.4 Sicoob Confederação

O Sicoob Confederação é uma Cooperativa de 3º grau, constituída pela união das Centrais do Sistema Sicoob. Tem por finalidade representar institucionalmente todo o Sistema, sendo responsável pelas normas, políticas, condutas, processos, tecnologias, produtos, serviços e marcas do Sicoob.

Transações	Ativo/ (Passivo/PL)	Receitas / Despesas
Ativo		
Títulos e Valores Mobiliários – Participações de Cooperativas (Nota 6.3)	9.147.429,51	
Resultado		
Rateio de Despesa ADM do Sicoob – Confederação (Nota 23.1)	-	(2.172.995,02)
Desp. Centro de Serv. Compartilhado – CCS (Nota 23.1)	-	(171.199,79)
Rateio Despesa De Tecnologia Sicoob		(10.511,40)

28.5 Banco Cooperativo do Brasil S.A. – Banco Sicoob

O Banco Sicoob é um banco múltiplo privado especializado no atendimento a cooperativas de crédito, cujo controle acionário pertence a entidades filiadas ao Sicoob.

Transações	Ativo/ (Passivo/PL)	Receitas / Despesas
Ativo		
Disponibilidades (Nota 5)	8.942,90	
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 6.4 e 6.6.b)	1.278.160.072,95	223.059.491,01
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6.6.a)	868.259.577,46	115.184.046,75
Investimentos (Notas 12 e 12.1)	162.261.447,86	12.463.061,11
Patrimônio Líquido		
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(18.122,84)	

29. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.955/2021 e Resolução CMN nº 5.194/2024, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado a seguir o cálculo dos limites:



Descrição	31/12/2025
Patrimônio de referência (PR)	72.509.977,94
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	446.609.485,90
Índice de Basileia (mínimo 12%)	16,05%
Imobilizado para cálculo do limite	5.205.190,81
Índice de imobilização (limite 50%)	7,18%

30. Benefícios a Empregados

A Cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus empregados, na modalidade de contribuição definida. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

A Cooperativa não possui benefícios de pós emprego a seus empregados, conforme definições do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), apenas benefícios de curto prazo, conforme montantes apresentados a seguir:

Descrição	31/12/2025
Contribuição Previdência Privada	(20.714,60)
TOTAL	(20.714,60)

31. Gerenciamento de Risco

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, buscando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos, é aprovada pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, riscos de crédito, social, ambiental e climático, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, cibernético e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo a adequada disseminação de informações e do fortalecimento da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das Cooperativas.



31.1 Risco Operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS.

31.2 Risco de Crédito

As diretrizes para o gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações, e no monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos, garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN nº 4.966/2021.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a) fixação de políticas e estratégias, incluindo limites de riscos;
- b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- c) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como a comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
- e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;



- i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
- j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- k) modelos para a avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;
- l) aplicação de testes de estresse, identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;
- m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
- n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

31.3 Risco de Mercado e Variação das Taxas de Juros

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros estão descritas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado e do Risco de Variação das Taxas de Juros e no Manual de Gerenciamento do Risco de Mercado e do IRRBB, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para as Cooperativas do segmento S3, S4 e S5.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros é proporcional à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, adequada ao perfil dos riscos e à importância sistêmica da cooperativa, e capacitada para avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a cooperativa atua.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das Cooperativas.

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui:

- a) O risco de variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação;
- b) O risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (*commodities*) para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.



O IRRBB é definido com o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Para a mensuração do risco de mercado das operações contidas na carteira de negociação, são utilizadas metodologias padronizadas do Banco Central do Brasil (BCB), que estabelece critérios e condições para a apuração das parcelas dos ativos ponderados pelo risco (RWA) para a cobertura do risco decorrente da exposição às taxas de juros, à variação cambial, aos preços de ações e aos preços de mercadorias (commodities).

Para a mensuração do risco das operações da carteira bancária sujeitas à variação das taxas de juros, são utilizadas duas metodologias que avaliam o impacto no:

- a) valor econômico (ΔEVE): diferença entre o valor presente do reapreçamento dos fluxos em um cenário-base e o valor presente do reapreçamento em um cenário de choque nas taxas de juros;
- b) resultado de intermediação financeira (ΔNII): diferença entre o resultado de intermediação financeira em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira em um cenário de choque nas taxas de juros.

O acompanhamento do risco de mercado e do IRRBB das Cooperativas é realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciam, no mínimo:

- a) o valor do risco e o consumo de limite da carteira de negociação, nas abordagens padronizadas pelo BCB;
- b) os limites máximos do risco de mercado (RWAmPad);
- c) o valor de marcação a mercado dos ativos e passivos da carteira de negociação, segregados por fatores de risco;
- d) o valor do risco e consumo de limite da carteira bancária, nas abordagens de valor econômico e do resultado de intermediação financeira, de acordo com as exigências normativas aplicáveis a cada segmento S3 e S4;
- e) os descasamentos entre os fluxos de ativos e passivos, segregados por prazos e fatores de riscos;
- f) os limites máximos do risco de variação das taxas de juros (IRRBB);
- g) a sensibilidade para avaliar o impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa da carteira, quando submetidos ao aumento paralelo de 1 (um) ponto-base na curva de juros;
- h) o valor presente das posições, descontadas pela expectativa de taxa de juros futuros da carteira de ativos e passivos;
- i) o resultado das perdas e dos ganhos embutidos (EGL);
- j) resultado dos testes de estresse.

31.4 Risco de Liquidez

As diretrizes para o gerenciamento do risco de liquidez estão definidas na Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira, na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez e no Manual de Gerenciamento do Risco de Liquidez, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.



A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco liquidez, com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O gerenciamento do risco de liquidez das Cooperativas do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente com as boas práticas de gestão.

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado, ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

- a) acompanhamento do risco de liquidez das Cooperativas, realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos a órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciem, no mínimo:
 - a.1) limite mínimo de liquidez;
 - a.2) fluxo de caixa projetado;
 - a.3) aplicação de cenários de estresse;
 - a.4) definição de planos de contingência.
- b) relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;
- c) plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

Os resultados dos testes de estresse aplicando os cenários de estresse, tem por objetivo identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das cooperativas do Sicoob.

31.5 Riscos Social, Ambiental e Climático

O gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático é realizado com o objetivo de conhecer e mitigar riscos significativos que possam impactar as partes interessadas, além de produtos e serviços do Sicoob.

A partir dos princípios e diretrizes estabelecidos na Política Institucional de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática do Sicoob, é possível nortear as análises de relevância das exposições aos riscos social, ambiental e climático, considerando os seguintes conceitos:

Risco Social: o processo de gerenciamento do risco social visa garantir o respeito à diversidade e à proteção de direitos fundamentais nas relações de negócios e para todas as pessoas, observando impactos negativos e perdas que possam afetar a imagem do Sicoob.



Risco Ambiental: o processo de gerenciamento do risco ambiental consiste na realização de avaliações sistêmicas por meio da obtenção de informações ambientais, disponibilizadas por órgão competentes, observando potenciais impactos negativos e perdas em decorrência de danos causados ao meio ambiente por agentes físicos, químicos e/ou biológicos que possam afetar a reputação e os negócios do Sicoob.

Risco Climático: o processo de gerenciamento do risco climático consiste na realização de avaliações sistêmicas considerando a probabilidade da ocorrência de eventos que possam ocasionar danos de origem climática, na observância dos riscos físico e de transição.

Os riscos social, ambiental e climático são observados nas linhas de negócios do Sicoob, de acordo com os critérios de elegibilidade, avaliação e monitoramento e divulgados nos manuais internos, observando a combinação de setores de maior risco, valores de exposição e existência de embargos ambientais, possibilitando a análise de associados com predisposição aos riscos desta natureza, em conformidade com as normas e regulamentações vigentes.

As propostas de contrapartes autuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas às de trabalho escravo ou infantil.

De modo a observar a propensão ao risco das atividades econômicas das contrapartes, foi elaborada a Lista de Setores Sensíveis e a Lista de Exclusão, considerando os impactos causados ao meio ambiente e na sociedade como um todo, acidentes de trabalho, exposições em mídia, fontes de receita, sensibilidade da legislação aplicável no exercício das atividades, práticas de mercado, apetite a risco institucional e risco de imagem.

O limite de concentração da exposição em setores sensíveis é de 15% (quinze por cento), considerando o saldo devedor dos setores, de forma consolidada, sobre a carteira total da cooperativa.

31.6 Gerenciamento de Capital

A estrutura de gerenciamento de capital do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, buscando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem identificar, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas.

31.7 Gestão de Continuidade de Negócios

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;
- b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;



- c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;
- d) continuidade planejada das operações (ativos de TI, inclusive pessoas, instalações, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e depois da interrupção;
- e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificar os processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN tem base nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, revisados e testados, os Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em Plano de Continuidade Operacional (PCO), Plano de Recuperação de Desastre (PRD) e Plano de Emergência (PEM).

Anualmente, são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

31.8 Risco Cibernético

O gerenciamento de Risco Cibernético compõe a Gestão Integrada de Riscos e abrange os riscos relacionados a segurança de sistemas, redes, infraestruturas, dados e usuários, assegurando uma abordagem abrangente para proteger as entidades do Sicoob contra ameaças no ambiente cibernético.

As diretrizes para o gerenciamento do risco cibernético estão definidas na Política Institucional de Risco Cibernético e no Manual de Risco Cibernético, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e procedimentos padronizados para as entidades do Sicoob.

A área de Risco Cibernético realiza monitoramentos essenciais, acompanha vulnerabilidades e incidentes cibernéticos, além de participar de fóruns específicos sobre o tema, contribuindo para o desenvolvimento de suas funções e para a proteção dos ativos digitais do Sicoob. Adicionalmente, são realizadas pesquisas periódicas da maturidade cibernética de todo o sistema Sicoob, o que possibilita a avaliação e a priorização de ações, medidas e controles para mitigação de riscos cibernéticos e de segurança da informação.

O ciclo de identificação, avaliação, tratamento e monitoramento do risco cibernético é realizado, no mínimo, bianualmente. Em casos excepcionais, a Diretoria Executiva do CCS poderá prorrogar ou antecipar o prazo do ciclo.

32. Seguros Contratados – Não Auditado

A Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e pelos agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

CRISTIANO PIOVEZAN SOARES
DIRETOR DE CONTROLES E RISCOS

NÁBIA DOS SANTOS JORGE
DIRETORA EXECUTIVA

ELAINE CRISTINA NETO
CONTADORA – CRC/MG 082.177/O

A woman with long brown hair, wearing a dark patterned top, is smiling and looking towards a man. The man, wearing a dark suit jacket over a light blue shirt, is looking down at a laptop screen. The background is a bright, out-of-focus office setting.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Demonstrações financeiras examinadas e aprovadas, assegurando total conformidade com as normas do Banco Central.



RELATÓRIO DO AUDITOR



Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa Central de Economia e Crédito Sicoob UniMais Rio Ltda., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicoob UniMais Rio Ltda, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Informações comparativas

Chamamos a atenção para a Nota explicativa nº 4 às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que considera a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.



Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.



Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Ronaldo Reimberg Lima
Contador – CRC 1SP215393/O-1



SICOOB

UniMais Rio



sicoobunimaisrio



sicoob_unimaisrio



sicoob-unimais-rio



sicoobunimaisrio

